

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

CRIME ORGANIZADO
AFETA O COMÉRCIO

POBREZA, RISCO
PARA O ALZHEIMER

ENTREVISTA

Angela Pinhati

"Sustentar não é mais a palavra.
Precisamos regenerar."

HISTÓRIA

Nise da Silveira

A força da arte para curar mentes



Futuro sem garantia

ENVELHECIMENTO
DA POPULAÇÃO,
INFORMALIDADE
E NOVAS FORMAS
DE TRABALHO
AMEAÇAM A
APOSENTADORIA
DOS BRASILEIROS



TRE

Des
re



Saiba mais em:
sp.senac.br/corporativo

ENTRINAMENTOS CUSTOMIZADOS PARA EMPRESAS

Desenvolva sua equipe e **impulsione os resultados** de forma estratégica com cursos presenciais e a distância.

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

PRESIDENTE Abram Szajman

VICE-PRESIDENTE Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges



www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio Lanza, Caio Magri, Gustavo Rossetti Viana, Herbert Carvalho, Jean Galvão, Juliana Rangel, Leandro Garcia, Luciana Alvarez, Moura Leite Netto, Nanci Vieira, Pâmela Brito, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomerco.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #487

Não é de hoje que a busca pelo equilíbrio nas contas da Previdência Social desafia governos. No entanto, novos fatores se tornam cada vez mais impactantes. O envelhecimento da população eleva o contingente das pessoas que recebem benefícios, enquanto a redução da natalidade diminui a quantidade daqueles que contribuem para o sistema. Há, ainda, transformações no mundo do trabalho que levam à informalidade milhões de trabalhadores, reduzindo ainda mais o número de contribuintes. Sem novas soluções, tal contexto põe em xeque a proteção social no presente e a renda futura da maioria dos brasileiros.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes – não só para a classe empresarial, como também para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [@problemasbrasil](https://www.instagram.com/problemasbrasil)

 [@pbrevista](https://www.facebook.com/problemasbrasil)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)



CASA
BALAIO

Onde a Amazônia debate seu futuro

Um espaço de encontros, ideias
e transformação.
Antes, durante e depois da COP 30.

**Conecte sua marca a um
legado real.**



casabalaio.com.br
[@casabalaio](https://www.instagram.com/casabalaio)

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO DE MÍDIA



REVISTA PB



8 Entrevista
ANGELA PINHATI: "AS MUDANÇAS QUE O MUNDO
PRECISA PEDEM UMA MOVIMENTAÇÃO SISTÊMICA".

12 Capa
O IMPASSE DA PREVIDÊNCIA



18 Segurança pública
LEGALIDADES DO CRIME ORGANIZADO

26 Notas
SITE PB E OUTROS DESTAQUES

28 Artigo
"INFLAÇÃO E CRESCIMENTO, O ETERNO CONFLITO",
POR ANTONIO LANZANA

29 Artigo
"DRA. NISE, O AFETO COMO CURA",
POR PAULO DELGADO



30 Saúde
A INJUSTA RELAÇÃO ENTRE ALZHEIMER E POBREZA

34 Artigo
"AGENDA ASG: SEM RETROCESSO", POR CAIO MAGRI

36 Educação
LIBERDADE PARA APRENDER

40 Artigo
"DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA",
POR AGÊNCIA BORI



42 PB Indica
PARA LER, VER E OUVIR

43 Artigo
"UM POEMA É UMA OBRA",
POR LEANDRO GARCIA

44 História
OS 120 ANOS DE NISE DA SILVEIRA



46 Charge
FALTA DE EQUILÍBRIO

Bomba-relógio

A reportagem de capa desta edição da **Problemas Brasileiros** trata das dificuldades de fechar as contas da Previdência Social, diante da mudança na pirâmide demográfica e do aumento da informalidade. O Brasil está se tornando um país velho, empobrecido e improdutivo, com capacidade cada vez menor de sustentar as gerações que se aposentam, após terem contribuído durante toda sua vida laboral.

Estudos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) indicam que o déficit anual do sistema previdenciário, da ordem de R\$ 428 bilhões em 2023, pode chegar a R\$ 810 bilhões até 2040. O Brasil gasta, atualmente, mais nesse quesito do que a maioria dos países europeus — mesmo com uma população idosa proporcionalmente menor. Nessas nações, esse gasto representa, em média, 11% do Produto Interno Bruto (PIB); aqui, já ultrapassou os 13%.

À medida que a população brasileira envelhece, e a expectativa de vida aumenta, o número de contribuintes acaba não acompanhando o ritmo dos novos beneficiários — e o colapso vai tornar-se inevitável se nenhuma reforma for feita. A produtividade da economia poderia dar sustentabilidade à Previdência caso apresentasse ganhos persistentes, como ocorreu em outros países que se desenvolveram antes do desequilíbrio demográfico virar uma bomba-relógio. Entretanto, em que pese as boas ações permanentes de formação profissional, mantidas pelas entidades dos setores produtivos, o País ainda não consegue produzir mais em menos tempo, e a custos menores.

Em comparação com nações que apresentavam índices semelhantes aos nossos entre os anos 1960 e 1980, a produtividade brasileira atual é a metade da registrada pela Coreia do Sul e três vezes menor que a do Japão.

A FecomercioSP não se restringe ao campo do diagnóstico nesse assunto. É urgente aumentar a idade mínima de aposentadoria, lidar com as distorções entre regimes diferentes e equacionar as desigualdades regionais. Não se trata de retirar direitos, mas de desarmar essa situação para garantir que esses direitos continuem assegurados no futuro.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



HORA DE REGENERAR

entrevista JULIANA RANGEL
edição de texto DIMALICE NUNES

“SUSTENTAR NÃO É MAIS A PALAVRA. SE QUISERMOS CONTINUAR HABITANDO ESTE MUNDO, PRECISAMOS REGENERAR TUDO O QUE DEGRADAMOS AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO.” É ASSIM QUE **ANGELA PINHATI**, DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE DA NATURA, DEFINE OS RUMOS DA AGENDA CLIMÁTICA, ÀS VÉSPERAS DE O BRASIL SEDIAR A 30ª CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (COP30), EM NOVEMBRO, EM BELÉM. NA OPINIÃO DA EXECUTIVA, O EVENTO É UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA O PAÍS LIDERAR AS INICIATIVAS DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DO AQUECIMENTO GLOBAL. SOBRE O PAPEL DO VAREJO NA TRANSIÇÃO VERDE, ANGELA APONTA A COLETA (E O USO) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PÓS-CONSUMO COMO UMA ALTERNATIVA VIÁVEL, ALÉM DO OLHAR PARA OS DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES.



AS EMPRESAS ESTÃO SENTINDO O IMPACTO CLIMÁTICO. DEIXOU DE SER UMA DISCUSSÃO IDEOLÓGICA DE SUSTENTABILIDADE E PASSOU A SER UMA AGENDA DE NEGÓCIOS, DE RISCOS E DE OPORTUNIDADES.

No ano em que o Brasil sediará a COP30, quais são os principais desafios e o que podemos esperar em termos de acordos e contenciosos?

As grandes discussões estão pautadas na questão do Acordo de Paris, que completa dez anos. Há um segundo debate, continuação da COP29, que é o financiamento das ações para o controle do aquecimento global, além de toda a parte de regulamentação do mercado global de carbono. Agora, quando olhamos o Brasil como anfitrião, temos uma oportunidade única. Por ser aqui, e em Belém, podemos trazer a bioeconomia à mesa para promover desenvolvimentos econômico e social a partir da agenda de transição climática. O Brasil tem uma posição privilegiada, com uma matriz energética muito apropriada se com-

parada com a maior parte das nações. E é um dos países mais ricos em biodiversidade. O melhor cenário é aproveitar essa agenda para alavancar a economia, gerar uma nova plataforma de emprego para os brasileiros e sair na liderança. Temos oportunidades na venda de crédito de carbono e em trazer indústrias que façam sentido para o País, por causa da nossa matriz energética. Precisamos de uma estratégia muito bem-desenhada para conseguir colocar essa agenda a nosso favor. O cenário negativo é sair, de novo, sem os acordos e sem uma clareza de quais são os fundos de investimento para a transição energética. Mas estamos no começo do jogo, momento de todos nós — governo, setor público e sociedade — trabalharmos para que seja uma COP de sucesso. Além disso, estamos mostrando a cara para o mundo. Temos o dever de sermos assertivos, de mostrar propostas que levem a um futuro melhor para todos. Sem dúvida, podemos liderar muitos desses debates, pois o País traz consigo a imagem de ser, nos dias atuais, uma nação capaz de conectar todos os atores em prol de uma agenda. Esse aspecto sempre foi uma virtude do Brasil, o qual estará ainda mais forte neste ano.

O ano de 2024 foi o mais quente da história, e a previsão é de que 2025 possa ultrapassar esse recorde. Na sua visão, o que a economia brasileira, em especial o varejo, poderia fazer para tornar as cadeias de consumo mais sustentáveis?

A primeira coisa é oferecer uma linha de produtos reciclável, reutilizável e compostável, além de embalagens que retornem de alguma forma para a cadeia produtiva e componham uma economia circular. O segundo ponto, vou trazer um pouco do nosso exemplo, é a coleta (e o uso) de materiais recicláveis pós-consumo. Olhando a cadeia de fornecedores, primeiro, é preciso garantir a devida diligência com relação aos direitos humanos, que também é uma pauta de sustentabilidade. Não podemos focar somente no tema ambiental; há toda a parte de comércio justo, de garantir a rastreabilidade em toda a cadeia (de onde vem) e como é o trabalho nessa cadeia, bem como engajar os fornecedores numa jornada de redução de emissões de carbono. Por último, é pensar em como engajar o consumidor no consumo consciente.

Como você vê o Brasil nesse tipo de iniciativa?

Tenho visto uma evolução no Brasil. Primeiro, não é uma ideologia. As crises climáticas estão aí, são comprovadas cientificamente, e cabe a cada um de nós acelerar essa agenda. Este não é um momento para recuar, não dá mais para negar os fatos. Precisamos acelerar a agenda da descarbonização para termos um futuro possível, trazendo-a para a nossa responsabilidade. Talvez sejamos uma das últimas gerações a ter esse poder na mão. E cada vez mais as empresas estão sentindo o impacto climático. Deixou de ser uma discussão ideológica de sustentabilidade e passou a ser uma agenda de negócios, de riscos e de oportunidades. Gerar resiliência na cadeia de suprimentos é importante para a sobrevivência dos negócios. Então, o empresário que tem o bom senso de olhar a questão climática como um risco pode se antecipar e prever medidas de mitigação.

Uma novidade recente no Brasil é o avanço na regulação do mercado de crédito de carbono, aprovado em 2024. Como a atual regulação cria uma oportunidade para o empresário brasileiro?

Toda regulação é importante para os negócios porque traz uma clareza sobre como se opera no mercado. E a regulação do mercado de carbono nos ajuda a monetizar as ações de sustentabilidade, viabilizando a transição para uma matriz de menor impacto. As empresas que se antecipam às exigências regulatórias saem na frente e podem se destacar, tanto para exportar para mercados com mais exigências regulatórias — como o europeu — quanto na conquista de consumidores mais atentos ao tema. Por outro lado, como estamos falando de carbono, no mercado voluntário, por exemplo, já houve casos de fraude. Então, é muito importante garantir a qualidade e a integridade dos créditos ofertados. No caso da Natura, compramos projetos de carbono no mercado desde 2007 e temos a meta de desenvolver, até 2030, esses projetos nas nossas comunidades parceiras da Amazônia. Atualmente, são cerca de 45 comunidades na Floresta Amazônica — não só no Brasil, mas também no Peru, na Colômbia e no Equador —, em mais de 137 municípios, uma relação que começou em 2000, com a

linha Ekos. Comprávamos sementes, a linha foi crescendo e instalamos 19 minifábricas dentro das cooperativas para agregar valor. Hoje, elas produzem o óleo e a manteiga de diferentes bioativos, o que aumentou em quase 60% a renda das famílias. A ação reduziu também as emissões de carbono, porque o óleo concentrado é muito melhor para transportar do que as sementes, e diminuiu o custo logístico também. São contratos de 30 anos com as famílias que fazem parte da cooperativa — todo ano checamos se não houve desmatamento e há pagamento pelo serviço socioambiental de manter a floresta em pé.

Como você vê os esforços do Brasil na transição para uma economia mais verde?

Vejo com bons olhos a evolução, principalmente com o sistema de mercado de carbono regulado no Brasil. Estamos evoluindo na questão regulatória tanto para a descarbonização quanto para a bioeconomia. Apesar de falarmos muito da descarbonização da Indústria, mais de 50% da nossa emissão está baseada no uso da terra, esse é o principal desafio. Então, realmente, os temas que precisamos endereçar são os relacionados ao modo como tratamos o desmatamento, principalmente na Floresta Amazônica. E como o governo ajuda nas questões de posse da terra, documentação e regulamentação ambiental. São fatores básicos para desenvolver projetos de conservação e reflorestamento que, depois, oportunamente, poderiam vir a ser também projetos para venda de carbono. De um lado muito positivo, estamos fazendo as regulamentações corretas — mas, agora, é preciso olhar para as nossas emissões de carbono e focar em como lidar com os temas de desmatamento, que não são simples.

Qual é a importância de empresas de grande porte, como a Natura, reafirmarem o compromisso com a sustentabilidade?

Sustentabilidade nunca foi uma opção. É, historicamente, um valor para a Natura. Então, nunca passou pela nossa cabeça falar: “Bom, agora parece que todo mundo está deixando a agenda, ou nossos competidores estão abandonando a agenda, vamos deixar isso para trás”. Não, porque essa é a maneira que credi-

tamos que os negócios devem ser feitos. Acabamos de revisar nossa visão 2050, que propõe sermos um negócio regenerativo até lá. As mudanças que o mundo precisa não dependem só de uma pessoa, ou só do governo, ou só de uma empresa — é necessária uma movimentação sistêmica. Precisamos criar esse elo, essa corrente do bem de empresas que acreditem ser possível fazer negócio financeiro bom, com resultados positivos. A primeira coisa é o conceito: apenas sustentar o mundo, do jeito que está, não dá — crise climática, todo o tema de diversidade, equidade e inclusão, guerras etc. Sustentar não é mais a palavra. Se quisermos continuar habitando este mundo, precisamos regenerar tudo o que degradamos ao longo do último século. Como olhamos para a floresta e a agricultura e regeneramos esses ecossistemas? Como olhamos para a sociedade? Porque, na verdade, tudo o que estamos vivendo vem de uma crise da relação entre os seres humanos. Como nos vemos como parte da natureza? Estamos falando de regenerar a natureza, de regenerar as relações.

&

**ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA NO
CANAL UM BRASIL
POR ESTE CÓDIGO QR**





O AMANHÃ AMEAÇADO

Contas públicas no vermelho, mudanças na demografia do País com o envelhecimento da população e a queda no número de contribuintes, descrença na eficiência dos governos e crescente informalidade no mercado de trabalho cobram um preço alto sobre a Previdência Social, pondo em xeque a renda futura de milhões de pessoas. Reformas e novas formas de financiamento estão entre as sugestões de especialistas para estimular a formalização e elevar as contribuições.

texto GUSTAVO ROSSETTI VIANA

A sustentabilidade do sistema de Previdência é um problema estrutural de longo prazo, com consequências diretas no equilíbrio fiscal e na proteção social da população — uma preocupação que não é exclusividade do Brasil. Além da mudança da pirâmide demográfica, consequência do envelhecimento dos cidadãos e da baixa taxa de natalidade, outro aspecto passou a chamar a atenção dos especialistas: a informalidade. Apesar da leve redução, de 38,7% para 38,1%, registrada na medição mais recente (no trimestre finalizado em fevereiro de 2025) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda são 39,1 milhões de trabalhadores sem carteira assinada no País. “A informalidade é muito alta e não vemos uma tendência de recuo”, alerta Luís Eduardo Afonso, professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

A expectativa é que piore, segundo Afonso, pois a taxa segue elevada mesmo depois de um ano positivo para a economia, com pleno emprego e mercado de trabalho aquecido. “Muita gente segue fora da estrutura de proteção. Para os próximos anos, com uma tremenda incerteza em que o mundo foi jogado em decorrência das ações dos Estados Unidos, o que vai acontecer? Não sabemos, mas penso que não virá coisa boa”, lamenta. As mudanças no mundo laboral, marcadas por alterações no perfil das ocupações oferecidas no mercado formal e pelo crescimento do número de profissionais autônomos, somadas a uma certa desconfiança da sociedade em relação ao Poder Público, aumentam o índice de pessoas trabalhando sem carteira assinada — o que acaba restringindo as contribuições para a Previdência Social, não apenas pelo volume de quem contribui, mas também pelos valores aportados no sistema. Outro motivo — que gera debate entre os especialistas — é a hipótese de que programas sociais, como o Bolsa Família, afastem os trabalhadores das ocupações formais. O fato é que o equilíbrio entre manter o tecido de proteção social e tornar o modelo sustentável é um dos maiores obstáculos da política pública brasileira. Para enfrentá-lo, é necessário estimular a formalização e elevar as contribuições de autônomos com maior renda.

A despeito do bom momento no mercado de trabalho, com desemprego no menor patamar da série histórica do IBGE (6,6%, em 2024), as condições das vagas oferecidas no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não despertam o interesse das pessoas, fazendo com que parte dos profissionais migre para posições autônomas. A informalidade também é a solução para quem não consegue uma colocação formal. Há, ainda, uma faixa relevante da força de trabalho, qualificada e de renda mais alta, contratada para prestar serviços como Pessoas Jurídicas (PJs), prática conhecida como “pejotização”. Nesse caso, há a contribuição para a Previdência, mas num valor inferior ao esperado — geralmente com base em um salário mínimo —, diante da renda obtida com a função.

Por esses fatores, a informalidade restringe a contribuição e agrava o déficit da Previdência Social, que alcançou R\$ 304,6

bilhões no ano passado — 2,52% do Produto Interno Bruto (PIB). “O desemprego está baixo para padrões históricos, mas a taxa de 7% significa 7 milhões de pessoas em busca de trabalho. Haverá vagas ruins, de baixa remuneração, competindo com benefícios sociais. E haverá demandas por ocupações mais qualificadas sem encontrar candidatos que tenham as novas qualificações requeridas”, opina o economista José Cechin, diretor-executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e ex-ministro da Previdência e Assistência Social.


Na avaliação de Cechin, o alto custo de manter um emprego com registro em carteira é a principal causa da informalidade. “O custo para o empregador chega a 102% do salário, é muito caro”, afirma. De acordo com o sociólogo José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o Brasil está “encalacrado” nessa questão, por causa da falta de flexibilidade oferecida pelo trabalho com carteira assinada. “O custo do trabalho formal atua como indutor da informalidade. Com uma carga tão alta, o empresário, sobretudo o de pequeno porte, arrisca e contrata sem registro”, pontua.

Pastore argumenta que o Brasil segue na contramão dos países em desenvolvimento que adotam metodologias mais leves de contratação, citando o caso dos empregados domésticos a partir de 2013, quando foi aprovada a PEC das Domésticas. “O que aconteceu na prática? Muitas famílias dispensaram as empregadas mensais, registradas e formalizadas, e contrataram diaristas na informalidade”, recorda. Na época, havia 1,9 milhão de trabalhadores domésticos com carteira assinada. Em 2022, esse número caiu para 1,5 milhão, segundo o IBGE.


NOVO TRABALHO, NOVO TRABALHADOR

A vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Rafaela Cosme, chama a atenção para a mudança drástica no perfil social do trabalho. Ela destaca que, até algum tempo atrás, o emprego era talvez o dado mais marcante na personalidade pública de alguém, com uma forte identificação dos funcionários com a empresa e os colegas. “Hoje, cargos duradouros são cada vez mais raros, a terceirização ganha espaço e a relação de emprego é substituída pela ‘pejotização’”, afirma.

Afonso, da FEA-USP, destaca que há tempos o trabalho com vínculo em carteira, proteção social, férias e décimo terceiro salário vem perdendo importância. “A chamada ‘uberização’ [trabalho informal, flexível e sob demanda] da economia é um fenômeno cada vez mais expressivo, ao qual nenhum governo pode deixar de atentar, mas para o qual nenhum país tem uma boa resposta”, pondera. Na visão do especialista, a precarização das relações laborais talvez seja o maior desafio de todas as estruturas de proteção social no mundo contemporâneo. “Não conseguimos solucionar os problemas tradicionais da economia e estamos muito pouco preparados para as questões dessa nova economia,



“A INFORMALIDADE DE HOJE VAI TER
IMPACTO AMANHÃ. A ESTRUTURA
DE PROTEÇÃO SOCIAL TEM DE ESTAR
INTERLIGADA, PORQUE QUANDO A PESSOA
ENVELHECE OU SOFRE UM ACIDENTE,
NÃO PODEMOS DEIXAR DE ATENDÊ-LA.”



LÚIS EDUARDO AFONSO, professor na Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

que avança a passos rápidos. Como fica a questão da contribuição e da proteção social desse trabalhador?”, indaga. Na visão de Pastore, estamos assistindo a uma certa recusa de uma parcela de profissionais a custear sistemas previdenciários. “A maior parte desse contingente é formada por jovens que acham que não vão ficar velhos e não querem contribuir. Por outro lado, os sistemas de contribuição como autônomo são caros”, aponta. Para além do surgimento de novas formas de trabalho, o sociólogo lembra da criação do Microempreendedor Individual (MEI), que é formalizado e contribui para a Previdência Social.

Pastore enxerga, no entanto, dois problemas nessa figura jurídica criada em 2008: a contribuição muito reduzida, insuficiente para pagar até um salário mínimo na aposentadoria, e a grande inadimplência. “O que acontece com esse profissional autônomo? Quando há trabalho, ele paga; mas quando não há, não paga — o que causa um buraco nas contas da Previdência”, ressalta.

EMPREGO *VERSUS* BOLSA FAMÍLIA

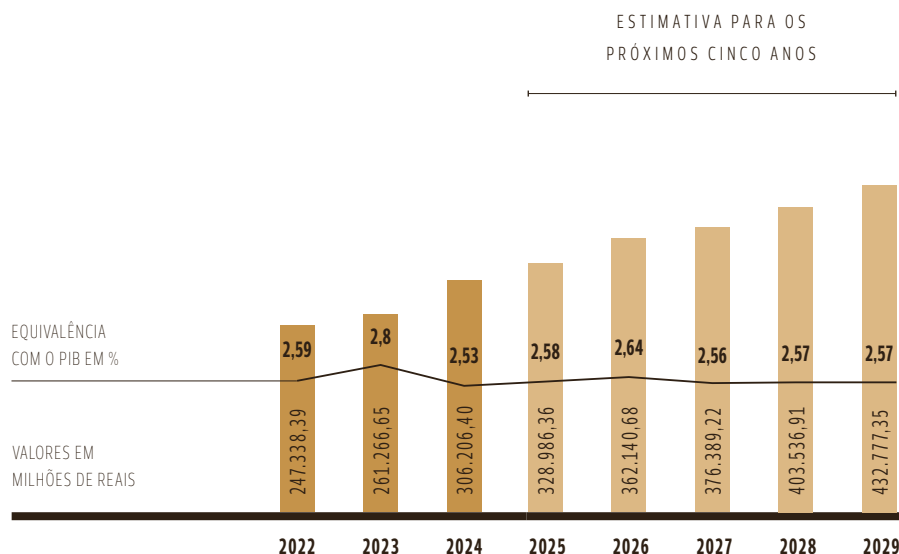
O debate a respeito da influência dos programas sociais no mercado de trabalho ganhou novos capítulos desde a pandemia, com o aumento das transferências do Bolsa Família — de um valor médio de R\$ 200 para R\$ 600.

Um estudo conduzido por Daniel Duque, pesquisador de Economia Aplicada no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), sugere que a expansão do benefício desencoraja a participação no mercado laboral de segmentos mais vulneráveis, desincentivando aqueles mais propensos a receberem benefícios sociais — principalmente quando os proveitos da assistência superam os do emprego remunerado. O efeito é especialmente marcante entre jovens, mulheres e trabalhadores de baixa qualificação. “Homens adultos têm um salário potencial maior, enquanto mulheres e jovens têm outras opções atrativas fora do mercado formal: cuidados com a casa, estudos, vida social etc.”, aponta. Para reverter essa tendência, Duque observa que seria preciso mudar o desenho do programa, reduzindo o valor do benefício básico. “Alternativamente, poderia aumentar os benefícios variáveis”, acrescenta.

O ponto de vista não é unânime. Para o diretor-adjunto de Relacionamento com o Direito do Trabalho do IBDF, Rafael Vasconcelos Porto, os valores do Bolsa Família não são vultosos o suficiente para desencadear um afastamento sistemático, das pessoas contempladas, do mercado de trabalho. “O que pode ocorrer é um desincentivo à formalização das relações laborais, permitindo que as pessoas acumulem as rendas — a do benefício e a do trabalho”, completa.

CONTA QUE NÃO FECHA

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



2,042 MILHÕES

Em 2024, houve um aumento substancial no número de novas concessões de aposentadorias e pensões. A fila de espera fechou o ano com 2,042 milhões de requerimentos para benefícios sociais. A média mensal de novos pedidos passou de 1,4 milhão, superando 2023.

Fonte: Ministério da Previdência Social

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) defende que o Bolsa Família não desestimula o trabalho, além de representar um incentivo para a busca pelo emprego, conforme indicam estudos e pesquisas da pasta. Com a retomada do programa, em 2023, foi incluída a denominada Regra de Proteção, que permite aos beneficiários formalizarem vínculos empregatícios, ou empreenderem e aumentarem a renda, sem a perda imediata do benefício. Em abril de 2025, esse parâmetro valia para mais de 3 milhões de famílias inscritas no programa; em 2024, 1,3 milhão de famílias que tinham direito ao Bolsa Família superaram meio salário mínimo de rendimento per capita e deixaram o programa de transferência de renda. Esse movimento é atribuído a fatores como crescimento econômico e valorização do salário mínimo, bem como iniciativas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo.

O aumento de proventos trabalhando é o que leva as pessoas a não aceitarem qualquer condição, nem remunerações extremamente baixas, na avaliação do MDS. “Quando a pessoa não

tem como se alimentar, a primeira preocupação dela é ter o que comer. Quando a alimentação está assegurada — no caso, pelo benefício social —, ela tem disposição para buscar sair da condição de extrema pobreza ou pobreza”, destaca o ministro Wellington Dias. Em 2024, quase oito em cada dez (75,5%) vagas no mercado de trabalho foram ocupadas por beneficiários do Bolsa Família, segundo levantamento realizado pelo Ministério. No entanto, na análise de Afonso, da FEA-USP, falta ao Brasil uma visão agregada da proteção social. “Tem de haver uma articulação entre Previdência e programas de transferência de renda. Se a pessoa está fora do mercado formal, não terá direito à aposentadoria, mas possivelmente vai pleitear benefício social. A informalidade de hoje causará consequência amanhã”, resume.

FALTA CREDIBILIDADE

A expectativa de vida no Brasil é de 76,4 anos, com grandes variações entre ricos e pobres, populações urbanas e rurais. Com idades mínimas para a aposentadoria de 65 anos, para homens, e 62, para mulheres, serão mais de 40

anos de trabalho. Num mundo em constante transformação, é natural que quem comece a trabalhar agora não confie num sistema que prometa apoiá-lo num futuro tão distante. A intermitência dos vínculos ao longo da vida laboral também impede a mesma linearidade da contribuição à Previdência Social vista no passado. Para Cechin, da FenaSaúde, essa falta de confiança deriva de vários fatores. “Primeiro, nossa grande preferência pelo momento presente. Somos míopes e não imaginamos que um dia faltará força para trabalhar, mas continuaremos a viver, morar, comer, vestir e visitar médicos”, ressalta.

Pesam, ainda, as notícias negativas da Previdência: desvios, fraudes e sonegação. “Em terceiro lugar, a numerosa sucessão de reformas, alterando condições de elegibilidade para os benefícios, alíquotas de contribuição, idades de aposentadoria, pensões etc. Quarto, as reiteradas notícias de déficits crescentes. Tudo isso mina a confiança na Previdência Social”, enfatiza Cechin. “Conversando com os meus alunos, pergunto se eles contribuem e a maioria afirma que não. Eles alegam que o governo não terá dinheiro, ou que não precisarão da aposentadoria por causa de outras fontes de renda”, conta Afonso.

MAIS REFORMAS

O IBDP considera que o novo fator de crise da Previdência Social — a precarização das relações de trabalho — pede uma reforma estrutural do sistema. Porto lembra que a União Europeia formou uma comissão para estudar o tema e até hoje ainda não foi apresentado um relatório final. “Nossa recomendação é acompanhar o cenário europeu, pois, lá, os fatores de crise são mais longevos e aprofundados”, adverte. Muitos países — Espanha em especial, mas também Itália, França, Alemanha e Portugal — adotam sistemas parecidos com o nosso. “Os sistemas previdenciários precisam ser reformados periodicamente, já que devem ser ajustados aos novos tempos. Trata-se de um processo usual, corriqueiro no mundo todo, ou seja, não é um distúrbio do sistema brasileiro”, completa Rafaela, vice-presidente do IBDP.

Para reduzir a informalidade, Cechin defende uma expressiva redução dos encargos trabalhistas, possível somente com profundas reformas. “Ademais, as relações laborais estão sofrendo grandes transformações. O trabalho

regular com carteira assinada está minguan-do e vai continuar assim. Teremos de pensar em regras de elegibilidade, contribuição, formação de valor e, ao mesmo tempo, novas formas de financiamento. É preciso fazer com que seja menos penoso pagar a Previdência para que mais pessoas possam, de fato, pagar”, sustenta o ex-ministro, que defende, ainda, o aumento da idade mínima de aposentadoria. “O mundo inteiro caminha para 65 e 70 anos”, destaca. A reforma previdenciária de 2019 estabeleceu uma idade mínima abaixo da média europeia, que varia entre 65 e 67 anos. A Alemanha está elevando a idade para 67, e a França, recentemente, aumentou para 64. A expectativa de vida nesses países é de cerca de sete anos superior à brasileira.

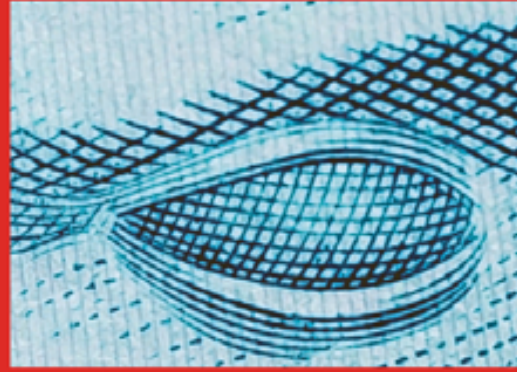
Por outro lado, Afonso, da FEA-USP, sugere a desvinculação do valor do benefício previdenciário ao salário mínimo. “Não é um posicionamento dos mais populares, mas não conheço qualquer país do mundo que dê aumento real acima da inflação aos seus aposentados. Uma hora, e isso não está longe, a conta será cobrada. Não existe uma ‘bala de prata’ — as medidas são, em resumo, aumentar a idade da aposentadoria, eventualmente reduzir o valor do benefício e elevar um pouco mais a contribuição —, não há solução indolor. A demografia está jogando contra todos nós”, ressalta.

Na opinião de Pastore, da FecomercioSP, o Brasil precisa encontrar novas formas de financiamento. O especialista cita a experiência alemã. É um sistema tripartite, no qual o governo divide o custeio da Previdência com os contribuintes e com as empresas. “É um produto que se encaixa bem para alguns profissionais autônomos, como os de rendas média e alta”, esclarece. Para os trabalhadores de renda baixa, o sociólogo sugere a implementação de produtos que poderiam começar com alíquotas muito pequenas, crescentes ao longo do tempo, a exemplo dos títulos de capitalização. “Esse sistema seria viável, porque a carreira é sempre um período muito longo, de 20, 30 ou 40 anos”, conclui.

Diversas propostas têm sido discutidas para a Previdência. Com seus prós e contras, o objetivo é equilibrar justiça social e responsabilidade econômica. A FecomercioSP acredita que é preciso avançar em reformas que aumentem progressivamente a idade mínima (como fez a Alemanha), combatam a informalidade com governança e transparência (com políticas inspiradas no modelo português), adotem mecanismos de ajuste automático (como na Suécia) e reduzam assimetrias regionais. A agenda da Entidade, com uma série de propostas para reorganizar a Previdência Social, prioriza o dinamismo dos gastos com o sistema, a fiscalização de benefícios em excesso e a revisão de toda a estrutura do mecanismo de redistribuição do País. Os estudos da Federação apontam que se o sistema previdenciário não for reformado, mantendo-se o ritmo atual, o déficit anual chegará à casa dos R\$ 810 bilhões em 2040, o que significa aumento de 89% em comparação com o resultado de 2023, que registrou déficit total de cerca de R\$ 428 bilhões.

**CONHEÇA AS
PROPOSTAS DA
FECOMERCIO-SP**





NOVAS FRONTEIRAS DO CRIME

À medida que os limites entre legal e ilegal se confundem, organizações criminosas avançam por novos mercados, inclusive lícitos – de combustíveis a ouro –, usando estratégias como evasão fiscal e falsificação de notas fiscais para “limpar” os lucros das mais diversas atividades. Em 2022, essa estrutura faturou, pelo menos, R\$ 146 bilhões, mais do que segmentos inteiros do varejo paulista.

texto VINÍCIUS MENDES
ilustração ALBERTO LINS

Paulo Oliveira,* auditor-fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), circula pelo Brasil há mais de uma década flagrando pessoas envolvidas em relações trabalhistas análogas à escravidão. Ele recorda especialmente de uma operação, em algum lugar de Roraima, há uns dois anos. “Era um garimpo”, conta ele. “Chegamos por uma estrada de terra e entramos na fazenda por uma área de mata. Quando, enfim, avistamos os trabalhadores, eles saíram correndo. Uns cem homens. Achávamos que tinha acabado aquilo, quando começaram os tiros.” Eram os criminosos responsáveis pela extração ilegal de ouro da mina objeto da diligência que, ao notarem a presença de policiais, atiraram para assustá-los. “Mas ficamos lá, apreendendo materiais, enquanto os disparos continuavam”, afirma Oliveira. A surpresa, porém, veio dias depois: ao juntar documentos distintos, ele observou que a fazenda estava imersa em um circuito de comércio de ouro que extrapolava aquele local. “Do trabalho análogo à escravidão lá na ponta, o ouro vira uma joia caríssima em shoppings do Rio de Janeiro e de Brasília”, revela outro auditor, que pediu para não se identificar.

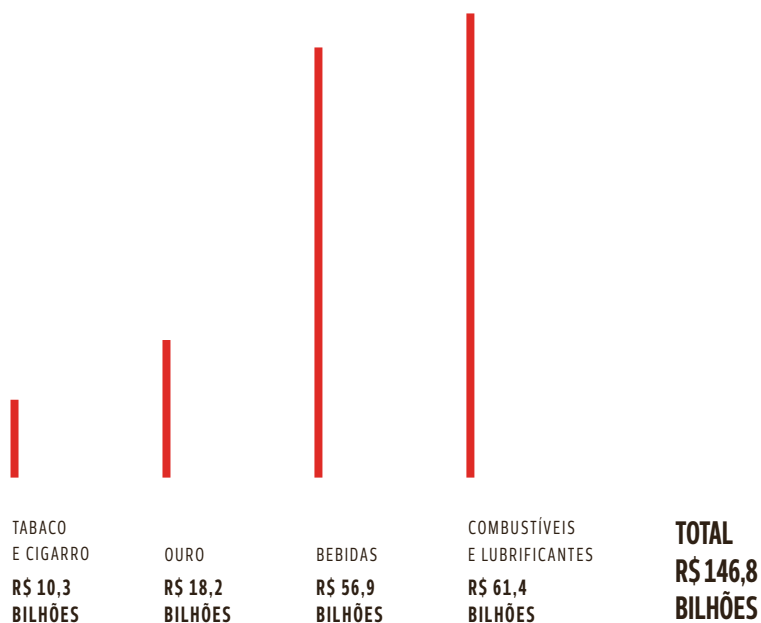
Relatos como esse ajudam a entender como o crime organizado não só mantém uma estrutura burocrática racionalizada — tal qual uma empresa de grande porte —, como também é

riquíssimo. Em 2022, segundo um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os grupos que o operam tiveram uma receita bruta de mais de R\$ 146 bilhões em cadeias produtivas, que variam entre o legal e o ilegal, de produtos como combustíveis e lubrificantes — responsáveis por quase metade do faturamento total (42%) — além de bebidas, tabaco e, claro, ouro. Para se ter uma ideia, o faturamento com a venda de cocaína foi de “apenas” R\$ 15 bilhões em 2022, segundo a publicação *World Drug Report*, do Escritório sobre Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas (ONU). Ou, ainda a título de comparação, o valor é maior do que o total das receitas, em 2024, do segmento de vestuário e calçados no Estado de São Paulo, principal mercado do País, de acordo com números da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). No ano passado, essas lojas faturaram R\$ 109 bilhões. O crime organizado também ganhou mais dinheiro do que setores relevantes do varejo paulista, como o de materiais de construção (R\$ 114,8 bilhões) ou farmácias e perfumarias (R\$ 134,8 bilhões). O relatório do FBSP ainda revela outro montante, de pouco mais de R\$ 186 bilhões, oriundo de golpes digitais e crimes envolvendo smartphones. No total, calcula o fórum, o crime faturou R\$ 348 bilhões no Brasil em 2022.

Para especialistas ouvidos pela Revista **Problemas Brasileiros (PB)**, na medida em que ilegal e legal são fronteiras tênues, cruzadas a todo momento, essas categorias nem sempre podem ser produtoras para compreender um fenômeno tão complexo. “De um lado, elas dizem respeito a um caráter mais normativo, jurídico, do que empírico”, pontua a socióloga Isabela Vianna Pinho, doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). “Mas, por outro lado, é óbvio que quando alguém define o que é ilegal e legal, isso tem efeitos práticos na vida das pessoas envolvidas”, completa. Segundo ela, é fato que o crime precisa de atividades legais para funcionar, já que o dinheiro proveniente das ilegais precisa ser “lavado”. “Mas também é verdade que muitas atividades legais precisam do crime para seguir operando. Nesse sentido, as categorias jurídicas perdem força”, compara.

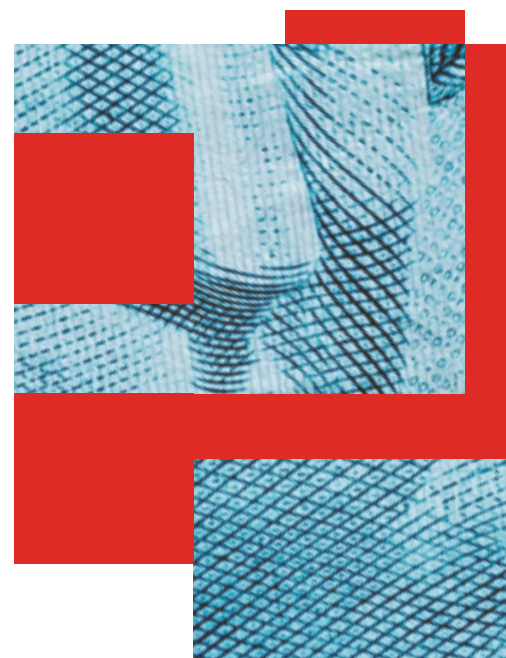
*Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado

QUANTO O CRIME ORGANIZADO FATURA?



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

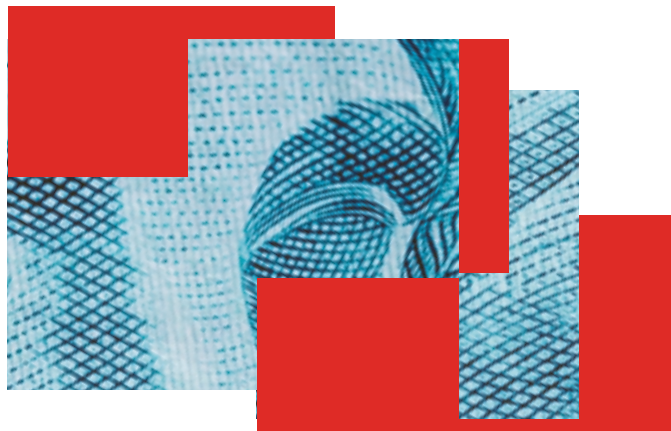
Isabela exemplifica o argumento com os dados do estudo internacional “Carros globais: uma pesquisa urbana transnacional sobre a economia informal de veículos”, coordenado pelo sociólogo Gabriel Feltran, professor na Urban School of Sciences Po, uma das universidades mais prestigiadas do mundo, em Paris, na França. Isabela é uma das investigadoras do projeto, que se debruça sobre esse imenso mercado que cruza fronteiras diversas, das jurídicas às transnacionais — o de automóveis roubados. Dentre os achados da pesquisa, está, justamente, o de que certos produtos (como carros) circulam, em momentos distintos, entre o legal e o ilegal. “Até ser roubado, o veículo está legalizado. Tem documento, seguro, um dono etc.



Quando roubado, perde essa condição e se torna objeto de um crime. É aí que podemos falar de caminhos distintos. Ou esse carro retorna para circuitos completamente legais — se achados pela polícia, por exemplo, são leiloados, virando recursos para a seguradora —, ou seguem na ilegalidade, quando são vendidos em desmanches. São relações muito intrincadas”, pontua.

RELUZ (E É OURO)

O ouro é particularmente abordado em relatórios sobre crime organizado porque, além de se fundamentar nessa mesma lógica, ainda envolve uma série de outras repercussões sociais — uma fração relevante dos garimpos brasileiros está na Amazônia e o esforço para extrai-lo envolve, inevitavelmente, a destruição do meio ambiente. O mercúrio utilizado pelos garimpeiros para limpar a terra, deixando apenas o metal puro, contamina o leito dos rios e, por consequência, prejudica a saúde dos povos ribeirinhos. Segundo estimativa do Instituto Escolhas, entre 2018 e 2022, aproximadamente 185 toneladas de mercúrio circularam nos garimpos amazônicos. Novamente, a fronteira entre legal e ilegal: o elemento químico é adquirido na Bolívia, que, por sua vez, importa-o de outros países produtores, sobretudo para oferecê-lo aos garimpeiros da região. Em 2020, cerca de 75% de todas as importações desse metal demandadas na América do Sul foram operacionalizadas por bolivianos.



CRIME ORGANIZADO FATURA MAIS QUE SEGMENTOS DO VAREJO PAULISTA

CONCESSIONÁRIAS
DE VEÍCULOS
R\$ 159,7 BILHÕES

CRIME
ORGANIZADO
R\$ 146,8 BILHÕES

FARMÁCIAS E
PERFUMARIAS
R\$ 134,8 BILHÕES

MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO
R\$ 114,8 BILHÕES

LOJAS DE VESTUÁRIO,
TECIDOS E CALÇADOS
R\$ 109,1 BILHÕES

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança
Pública (FBSP)/FecomercioSP

Na análise de Pery Shikida, especialista em economia do crime e professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), esses números reforçam um argumento multifacetado, mas validado a cada nova pesquisa que ele e vários outros estudiosos do tema fazem: o crime compensa economicamente. “O objetivo da sociedade deve ser tornar nulo o retorno lucrativo da empresa criminosa. Isso aumenta o risco dessa atividade”, escreveu o especialista, em um dos seus artigos mais recentes. “Na verdade, os incentivos econômicos dados aos *players* desses mercados são, hoje, extremamente vantajosos no Brasil”, continua ele, em entrevista à **PB**. “Em São Paulo, por exemplo, crimes econômicos geram uma renda 13 vezes maior do que o trabalho formal. Considerando a busca por dinheiro, isso é muita coisa”, ressalta.

A afirmação central dos estudos de Shikida tem base na equação formulada pelo economista estadunidense Gary Becker, ainda na década de 1960, criada justamente para calcular respostas sobre as vantagens de se entrar no mundo do crime. A conta considera desde custos materiais, como os necessários para executá-lo, até intangíveis, como a expectativa do valor da punição, caso esta ocorra.

CRIME QUE COMPENSA

Em 2017, em um estudo produzido a partir de entrevistas em penitenciárias localizadas no Estado do Paraná, Shikida descobriu, por exemplo, que 75% dos detentos consideravam que estavam em vantagem econômica com os delitos cometidos. “Isso prova, de forma lamentável, que o crime, quando lucrativo, segue compensando no Brasil”, pondera o pesquisador. E explica também, na sua percepção, o esforço do crime em legalizar as próprias atividades. Dado que a legalidade fica na ponta da cadeia

produtiva, os recursos envolvidos ou esperados são sempre elevados. “E, aí, não tem jeito. Como muitos jovens não trabalham ou mesmo não têm condições de base (como apoio familiar), a atividade criminosa é uma oferta de ascensão, ou nem isso — é a saída da situação de pobreza mesmo”, resume.

Shikida adiciona, ainda, outro fator relevante: as punições para crimes que envolvam mercados ilícitos são mais brandas do que para crimes associados ao tráfico de drogas ou de armas. “Penas por sonegação, contrabando e fraudes são muito menores, às vezes até reversíveis.” Ele cita o mercado de cigarros. “É um descaminho muito aprazível. O ganho é pesado, há uma demanda enorme e, quando o criminoso é preso, a pena é por evasão de divisas — que, muitas vezes, se direciona à facção, e não ao indivíduo. É muito diferente de um traficante de drogas”, observa.

Tudo isso sem contar que, no Paraná, região que Shikida estuda, a chance matemática de sucesso ao contrabandear cigarros é de 95%. “Se você considerar que os produtores entregam quase 21 bilhões de unidades por ano e que, na contramão, o governo aumentou os impostos do mercado formal, ficou ainda mais lucrativo [para os criminosos]. As instituições, que deveriam proteger mercados lícitos, ajudam a deteriorá-los”, aponta.

NO RASTRO DO ILEGAL

Há um consenso entre os especialistas sobre por que é tão difícil travar toda essa estrutura. O mais significativo é, de fato, a dificuldade de rastrear esses produtos. “Depende muito de cada mercado. Há controles a partir de selos de legalidade, que funcionam no caso dos cigarros. Os combustíveis, por sua vez, têm um sistema de marcação em outros países para os casos de descoberta de adulteração. A rastreabilidade do ouro é mais complexa, porque depende de técnicas isotópicas, mas que já são aplicadas no Brasil”, informa Nívio Nascimento, assessor de Relações Internacionais do FBSP, citando, especificamente, o Programa Ouro Alvo, da Polícia Federal. Além disso, há ainda o desafio da integração de dados, tanto entre as instituições do País — como Receita Federal e polícias — quanto entre diferentes atores dos Estados. “Deve haver a convivência de setores e de esferas de poder. Não é possível”, afirma Shikida, embora ele mesmo não tenha dados sólidos sobre isso. O

especialista começará a estudar o contrabando de combustíveis em um novo projeto a partir deste ano.

O domínio sobre territórios — como viveu o auditor-fiscal Paulo, citado no início desta reportagem — é mais um fator da complexa equação que interliga atividades legais e ilegais, já que grupos criminosos conseguem controlar as áreas nas quais as mercadorias são extraídas ou escoadas, sem serem desafiados pelo Estado. Essa é uma questão relevante na Amazônia, onde, além da extração de ouro, os rios são usados por facções para o transporte, seja do próprio ouro, seja, ainda, de drogas e armas. “Nos lugares onde a presença estatal é nula, os criminosos chegam a controlar serviços básicos, como o transporte das pessoas nas cidades”, explica Nascimento, do FBSP.

Pesquisas mais recentes, no entanto, têm encontrado cada vez mais inovações em todos os processos que envolvem o crime organizado. Uma delas é o fato de as penitenciárias terem se tornado “hubs de articulação” das facções criminosas. “Os presídios sempre foram fonte de recrutamento de ‘trabalho’ no Brasil, mas, atualmente, não são somente isso; essas organizações transformaram as prisões em espaços de articulação de tudo o que acontece nas ruas”, destaca Nascimento. Segundo ele, muitos estudos já apontam que a política de prisões federais é uma das explicações para a expansão das principais facções do País — o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) —, de seus Estados de origem (Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente) para outras regiões, em especial a Norte e a Nordeste. “Os massacres nas rebeliões de presídios no Norte, em 2019, não foram mais do que consequência de disputas por esses mercados”, indica.

LIMPANDO O CRIME

O FBSP elencou, em seu relatório, como as estratégias do crime organizado afetam os mercados, principalmente diminuindo os custos finais, mas deixando rastros de violência pelo caminho. Os produtos, quando não são extraídos de territórios controlados, têm notas fiscais falsas emitidas — caso das bebidas e do tabaco — e circulam em fluxos que envolvem desde os próprios criminosos até atores institucionais, como controles alfandegários.

Outro elemento que torna o cenário emaranhado é a interdependência entre o elemento

territorial, violento e cotidiano para as populações, e o institucional, em que os grupos criminosos conseguem acessar dispositivos de órgãos públicos, como parlamentos, tribunais ou empresas legalizadas. Servem, dizem os especialistas, para limpar os lucros dos mercados ilícitos e, em paralelo, atrapalhar o processo de investigação. O exemplo mais nítido dessa estratégia foi revelado no ano passado, quando o Ministério Público denunciou que empresas responsáveis por linhas de ônibus da zona sul da capital paulista eram, na verdade, intermediárias do PCC para lavar dinheiro do grupo. A gravidade foi maior porque, nesse caso, ambas — Transwolff e UPBus — ainda receberam recursos da própria prefeitura. Isabela, da UFSCar, lembra que, de fato, o crime prejudica setores da economia quando consegue legalizar as suas práticas. “Há muitos membros de facções criminosas que também são donos de transportadoras. E, aí, entra, de novo, a complexidade do legal e do ilegal:

o tráfico de cocaína acontece muito por essa rede logística que, no limite, é legalizada”, detalha a pesquisadora.

Entretanto, o estímulo para as ações de legalidade do crime pode ter uma raiz, digamos, mais existencial: viver. “Ouço muito isso dos detentos”, conta Shikida, da Unioeste. “Se um criminoso ficar na rua, ele tem cerca de 25 anos de expectativa de vida, que aumenta se ele for preso. Mas essa pessoa quer tranquilidade, e não viver no perigo. Administrar um posto de gasolina ou contrabandear cigarro é um jeito de tornar isso possível”, conclui.

“UM CRIMINOSO QUER TRANQUILIDADE, E NÃO VIVER EM PERIGO. ADMINISTRAR UM POSTO DE GASOLINA OU CONTRABANDEAR CIGARRO É UM JEITO DE TORNAR ISSO POSSÍVEL.”

PERY SHIKIDA, professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)



UMBRASIL.COM IDEIAS, DIÁLOGOS, OPINIÕES, CAMINHOS, ANÁLISES, HISTÓRIAS E MUITO MAIS!

—
Nosso novo site já está no ar para revelar diferentes facetas e dimensões do nosso país.

São mais de 650 entrevistas, com *insights* profundos sobre a conjuntura em que vivemos.

Uma editoria de opinião, com artigos e análises de especialistas a respeito de temas atuais que impactam a nossa sociedade.

Charges, com uma visão crítica e satírica.

Publicações com pautas essenciais, que você pode baixar gratuitamente.

E muitos caminhos abertos para refletir, informar-se e se inspirar.



UMBRASIL.COM

UM
BRASIL

     @CANALUMBRASIL

FECOMERCIO^{SP}

TUTU



AO CRIAREM SISTEMA REGULADOR DO COMÉRCIO MUNDIAL, OS ESTADOS UNIDOS NÃO PREVIAM A ASCENSÃO DA CHINA

TANGUY BAGHDADI



ASSISTIR ENTREVISTA

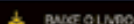


NOTÍCIAS

UM BRASIL E IBMEC AMPLIAM PARCERIA PARA FORTALECER O DEBATE PÚBLICO

PUBLICAÇÕES

UM BRASIL #11 – MODERNIZAÇÃO DO ESTADO



BAIXE O LIVRO



CLIQUE PARA SABER MAIS



PEDRO SANTA CLARA

EDUCAÇÃO PRECISA ACOMPANHAR REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA



ARMANDO CASTELAR

GASTOS INEFICIENTES E INSEGURANÇA JURÍDICA LIMITAM A ECONOMIA BRASILEIRA

DIÁLOGOS QUE TRANSFORMAM

HÁ MAIS DE UMA DÉCADA, O UM BRASIL CONECTA ESPECIALISTAS DE DIVERSAS ÁREAS PARA DISCUTIR OS GRANDES DESAFIOS DO PAÍS

Da modernização do Estado ao combate às desigualdades, da emergência climática à melhoria do ambiente de negócios, da educação à geopolítica, abordamos temas fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

A partir dessas reflexões, o UM BRASIL amplia o protagonismo da FecomercioSP em fóruns de debate, fortalecendo alianças estratégicas com instituições, empresas e lideranças da sociedade civil.

FALE COM A GENTE

ASSISTIR ENTREVISTAS



SILVIA MATOS

BRASIL ENCONTRA DIFICULDADE PARA GERAR RECEITA ACIMA DOS GASTOS



CARLOS MEILO

BRASIL E MUNDO VIVEM UMA NOVA ERA GEOPOLÍTICA E TECNOLÓGICA

ESCOLA SEM TECNOLOGIA

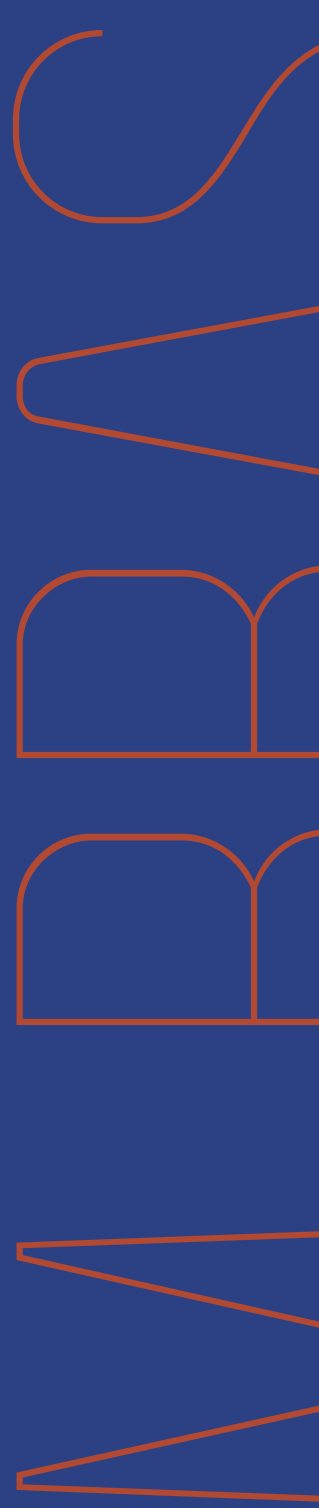


CHARGES

A charge de Alberto Benett expõe o abismo ao qual a educação estará fadada caso não acompanhe a revolução tecnológica, e ilustra a opinião de Pedro Santa Clara, diretor do TUMO Portugal e professor catedrático de Finanças na NOVA School of Business and Economics (NOVA SBE).

Em entrevista ao Canal UM BRASIL e à Revista Problemas Brasileiros — realizações da FecomercioSP — Santa Clara defende que o ensino deve seguir o ritmo das transformações tecnológicas em curso. E ferramentas como o ChatGPT devem ser consideradas "players na educação".

"A IA permite desenvolver experiências de aprendizagem muito mais ricas do que a escola tradicional", explica. "Se formos perguntar a uma universidade, eles não pensam





Pequenos globais

Vender no exterior é para as grandes empresas, acostumadas a lidar com mercados externos e embaraços tributários da legislação brasileira, certo?! Não é bem assim. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no ano passado, o Brasil atingiu a marca de 28.847 empresas exportadoras. Desse total, 5.952 correspondem a Microempresas (MEs) ou Microempreendedores Individuais (MEIs), enquanto outras 5,48 mil se enquadram como Empresas de Pequeno Porte (EPPs). Ainda que positivos, os números são considerados tímidos, na avaliação da FecomercioSP. Segundo o MDIC, 2024 foi o ano em que mais se buscou o mercado externo, mas o crescimento foi de apenas 1,1% em relação a 2023.

Tipo exportação

A contratação de brasileiros por empresas no exterior cresceu 53% no ano passado, alcançando o País ao quinto lugar como exportador de talentos, segundo o Relatório Global de Contratações Internacionais 2024. Vagas nas áreas de Tecnologia e Engenharia de Software lideram a demanda internacional. O principal fator de atração costuma ser o salário, pois as companhias que mais contrataram brasileiros estão sediadas em países com moeda forte. Só no ano passado, a moeda estadunidense valorizou 27% frente ao real.

Reformar ou reformar

Envelhecimento populacional, informalidade e produtividade estagnada — uma conjunção de fatores do presente que compromete a renda futura dos brasileiros. Essa é uma das conclusões do economista Paulo Tafner, especialista em Previdência, convidado da reunião plenária das diretorias da FecomercioSP e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo (Cecomercio). Com uma previsão de déficit de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2070 — quando mais de 40% da população receberá algum tipo de benefício de longa duração da Previdência —, não restam alternativas que não passem por uma reforma estrutural do sistema atual.



CANÇÃO TELEVISIONADA

No Brasil do início da década de 1960, parte dos compositores de música popular formados na bossa nova começou a se afastar de temas como praia e barquinho para mergulhar nas questões sociais e nas políticas que convulsionavam o País. Carlos Lyra, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo e Edu Lobo foram alguns dos bossa-novistas que despertaram paixões a partir de um evento que colocou os protestos na boca da multidão: o 1º Festival Nacional de Música Popular Brasileira, em 1965. A noite da final mudou o gênero musical para sempre. A vitória de *Arrastão*, obra-prima de Edu Lobo e Vinícius de Moraes, foi um divisor de águas — não apenas pela mistura inédita de regionalismo e protesto social, mas, sobretudo, pela interpretação dramática de Elis Regina.

INFLAÇÃO E CRESCIMENTO, O ETERNO CONFLITO

N

Nos últimos três anos, a expansão da economia brasileira foi de 3,3% ao ano (a.a.), levando à impressão de que o potencial de crescimento do País teria se elevado de forma significativa. As expectativas para 2025 e 2026 encarregaram-se de negar essa conclusão e mostrar a real situação da nossa economia.

De acordo com o relatório Focus, do Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 2%, neste ano, e 1,7%, em 2026. Para entender essa situação, é importante chamar a atenção para a circunstância de que o maior crescimento dos anos recentes foi viabilizado pela existência de capacidade ociosa, o que permitiu, por algum período, que o País crescesse além do seu potencial. Isso ocorreu porque, nos últimos dez anos, o PIB cresceu à razão de apenas 0,9% a.a. Ao se esgotar a ociosidade, a manutenção do crescimento acima do potencial leva, inevitavelmente, à aceleração da inflação, como está acontecendo. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 12 meses, findos em abril, está em 5,53% para uma meta de inflação de 3%, com teto de 4,5%.

O potencial de crescimento do Brasil é baixo porque a taxa de investimento — volume de investimentos em relação ao PIB — foi de apenas 17% em 2024, e 16,4% na média dos últimos dez anos. Considerando que a depreciação do estoque de capital represente cerca de 15% do PIB, o “investimento líquido” é muito baixo. Além disso, a produtividade da economia brasileira apresenta desempenho pífio: na última década, a produtividade por hora trabalhada ficou estagnada — 0%, de acordo com o Observatório da Produtividade da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibrel).

O crescimento acima da capacidade do País obriga o BC a elevar a taxa de juros para contrair a demanda da economia e reduzir a inflação, o que

explica a vigência, no Brasil, de taxas reais de juros de cerca de 8% ou 9% anuais, os quais devem se manter elevadas por um período mais longo, como reconhece o próprio presidente do BC.

Nesse sentido, vale destacar dois pontos: o primeiro é a defasagem de dois a três quadrimestres existente entre elevação dos juros e redução da inflação; o segundo está associado à tentativa do governo de recuperar a popularidade, adotando medidas que vão na contramão do objetivo do BC de reduzir a demanda da economia. São ações de ordens fiscal, parafiscal e creditícia, como o programa Pé-de-Meia, a ampliação do crédito consignado para trabalhadores formais, a facilitação do acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o aumento da faixa de renda com acesso ao programa Minha Casa Minha Vida com recursos do Fundo Social do pré-sal, a isenção ampliada de acesso gratuito à energia elétrica, entre outras. De um lado, o BC tenta reduzir a demanda, pisando no freio; de outro, o governo pisa no acelerador.

Enquanto não aumentar, de forma relevante, a produtividade da economia brasileira e a taxa de investimento — como no passado, na casa dos 23% do PIB —, a manutenção de taxas reduzidas de inflação (condição indispensável para um crescimento sustentado) somente ocorrerá com expansão do PIB limitada a cerca de 2% a.a., que é o ritmo de expansão do produto potencial brasileiro.

Inverter essa situação passa, necessariamente, por um ajuste das contas públicas, com um novo regime fiscal que permita estabilizar e, posteriormente, reduzir a relação entre dívida e PIB. Somente assim será possível baixar os juros, criar um ambiente de negócios mais favorável e viabilizar volumes crescentes de investimentos, tanto internos como externos.



ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

&

Em agosto de 1989, fui recebido pela Dra. Nise da Silveira em seu apartamento no bairro de Botafogo, na capital do Rio de Janeiro, onde apresentei o esboço do Projeto de Lei (PL) que propunha a reestruturação da atenção ao doente mental brasileiro, tornando obrigatória a humanização do tratamento aos pacientes. Após a aprovação do PL, em outubro, dei entrada no Congresso Nacional na proposta de extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por serviços terapêuticos e assistenciais, que se tornou lei nacional 12 anos depois.

Assim, continuava no plano legislativo a pioneira luta de Dra. Nise pela desmanicomialização da atenção e do cuidado ao doente mental brasileiro, luta iniciada por ela nos anos 1940 e que continua até hoje, com avanços e retrocessos, compondo o passo a passo da reforma psiquiátrica no País.

Nise sabia que a doença não é um fracasso, mas um episódio da vida de muitas pessoas o qual cabe à medicina enfrentar sem preconceitos para poder ajudar, de fato, os que sofrem. Não aceitava a ideia dos tratamentos violentos e autoritários comuns na época, tampouco a medicina carceral que, para muitos, significava prisão perpétua [*leia mais na página 44 desta edição*].

Sem perder a fé na humanidade, praticou o saber da paciência e do afeto, enxergando a dor do outro como se fosse a própria. E, assim, baseou a sua ação nos princípios da boa terapia, aquela compreendida pelos profissionais da área médica, bem como pelo paciente e pela família. Não tenho dúvida em dizer que a lei atual (10.216/2001), que tive a honra de apresentar logo depois da Constituinte, é mesmo uma lei descoberta, pois já praticada antes de ser escrita por Nise como o maior exemplo da psiquiatria brasileira — terapia pioneira, inclusive internacionalmente.

As ideias acolhedoras de Nise, como as desenvolvidas na Casa das Palmeiras — um serviço aberto precursor dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) —, permitiram criar equipamentos e terapias, salvar pessoas do esquecimento e mudar mentalidades e procedimentos. As estatísticas de depressão e intoxicação por medicamentos aumentam a cada dia, exigindo modéstia da medicina e tornando clara a necessidade de melhor escuta do sofrimento.

A reforma psiquiátrica não pode ser a luta de um salmão envenenado num rio poluído. A vida corre por meio de desafios profissionais,

DRA. NISE, O AFETO COMO CURA

comunitários, familiares e sanitários. Ninguém pode desaprender a nadar contra a corrente de infelicidade pessoal e por desinformação; ninguém deveria maltratar o outro. Boas escolhas dependem de procura, mas frustram sociedades sem oferta. O avanço da ciência e a melhor qualidade dos medicamentos podem, e muito, contribuir para diminuir os preconceitos contra a doença mental, ainda uma das mais desamparadas das enfermidades. E para ajudar as famílias, é preciso sempre mais responsabilidade pública para acolher e tratar esse sofrimento.

Referenciar a memória de Nise é influenciar na qualidade e na continuidade da boa política pública, além de sempre estar ao lado de quem sofre de preconceito e estigma por adoecer. A doença mental sempre foi difícil de encaixar em qualquer baralho do poder. Só que, com a evolução dos direitos humanos, os princípios da igualdade e oferta a todos de um tratamento informado e justo se tornaram universais.

Está muito em moda na medicina de políticos o doente fazer parte do cortejo do médico. Na saúde mental, como o doente é o mais desprotegido dos cidadãos, a medicina costuma não correr risco de negar-lhe o tratamento e tirar dele a cidadania. Adular o paciente sem poder e cuidar em liberdade é o que fez Dra. Nise da Silveira.

E

PAULO DELGADO,
*sociólogo, cientista
político e diretor na
FecomercioSP*

&



A

ALZHEIMER E POBREZA, PERVERSA RELAÇÃO

texto MOURA LEITE NETTO

ilustração PRISCILA GONZAGA

Aos 70 anos, Maria da Conceição Rodrigues de Souza — recentemente internada no Hospital Regional de Samambaia (HRSam), em Brasília, no Distrito Federal — convive com o diagnóstico de Alzheimer desde 2018. Ao seu lado, está o filho, Osiris, 44 anos, que levou a mãe para morar consigo três anos antes do diagnóstico. Maria estudou só até o período equivalente, hoje, ao quarto ano do ensino fundamental e trabalhou sempre com altas cargas horárias e baixa remuneração. Osiris acredita que a pouca escolaridade e o acúmulo de sofrimento laboral podem ter agravado os problemas de saúde mental da mãe.

O perfil de Maria insere-se no contexto de pesquisas recentes que apontam que baixa renda e menor grau de escolaridade são fatores associados ao desenvolvimento de diversos tipos de demência, incluindo Alzheimer. Um estudo — publicado em fevereiro deste ano na revista científica *The Lancet Global Health*, liderado pelo pesquisador Eduardo Zimmer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — mostra que a baixa escolaridade é o principal fator de risco para o declínio cognitivo. O trabalho demonstrou que as disparidades social e de saúde são preditoras relevantes para um envelhecimento cerebral saudável na América Latina.

Cláudia Suemoto, coautora do estudo, explica que, durante a primeira infância e a adolescência, há maior neuroplasticidade e, com isso, mais capacidade de comunicação entre os neurônios. Nesse período, boa parte do estímulo cognitivo vem da educação escolar. “Faz-se necessária uma política pública que estimule não apenas uma maior adesão à escolaridade, mas que também mantenha as pessoas na escola, com uma educação de qualidade”, afirma a médica e professora associada da disciplina de Geriatria na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Quanto à adesão ao ambiente escolar, a médica geriatra Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, presidente da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ), chama a atenção para outro aspecto: a violência urbana. Segundo ela, o convívio com a insegurança, maior em algumas comunidades, faz com que, por exemplo, crianças que morem em locais onde haja conflitos percam cerca de dois meses de aulas por ano. A constante tensão também gera consequências incomensuráveis à saúde mental.

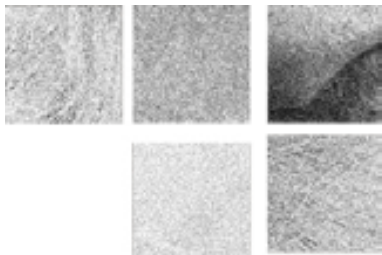
DESIGUALDADE COMO CAUSA

Outra pesquisa — publicada em dezembro de 2024 na revista científica especializada no estudo do envelhecimento *Nature Aging*, com participação de pesquisadores brasileiros — analisou o quanto as distribuições desiguais de renda e de oportunidades influenciam no envelhecimento e na demência. Foram avaliados 2.135 participantes — pessoas saudáveis, para o grupo de controle, e pacientes com Alzheimer — da América Latina e dos Estados Unidos. Os autores concluíram que uma maior desigualdade estrutural foi associada a reduções do volume e da conectividade cerebral, com efeitos mais fortes na América Latina quando comparados com o país norte-americano.

Dentre os autores desse estudo, está a médica neurologista Elisa de Paula França Resende, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG). Ela relata que se um indivíduo vive em um local com grande desigualdade de renda, o acesso a escolas de qualidade, a nutrição e os cuidados com a saúde em geral são piores, a exemplo de patologias comuns, como diabetes, hipertensão e depressão. Há, ainda, menos oportunidade para a prática de exercícios físicos e para a correção de problemas de audição e visão, que também afetam a

**“FAZ-SE NECESSÁRIA UMA POLÍTICA PÚBLICA
QUE ESTIMULE NÃO APENAS UMA MAIOR
ADESÃO À ESCOLARIDADE, MAS QUE TAMBÉM
MANTENHA AS PESSOAS NA ESCOLA, COM
UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.”**

CLÁUDIA SUEMOTO, médica e professora
associada de Geriatria na Faculdade de Medicina
da Universidade de São Paulo (FMUSP)



cognição. “O baixo nível educacional é um importante fator de risco para o Alzheimer, porque leva a uma menor reserva cerebral, de forma que, quando a doença atinge o cérebro, há menor volume para ser perdido e os sintomas ocorrem mais cedo”, explica.

Ainda de acordo com a especialista, a hipertensão, a depressão e o diabetes não tratados também contribuem para o aparecimento do Alzheimer, porque levam a microlesões no cérebro que, ao longo dos anos, reduzem o número de conexões neurais, atrofiando áreas do tecido do órgão e elevando a vulnerabilidade à doença. Assim como a falta de exercícios físicos agrava doenças crônicas comuns, a privação sensorial ocasionada por baixa audição ou visão também aumenta o risco de demência. “Entendemos, portanto, que as desigualdades econômicas estão associadas a um pior controle de problemas de saúde que são fatores de risco para a doença de Alzheimer e a uma menor reserva cerebral”, acrescenta Elisa.

Na avaliação de Cláudia, da FMUSP, é necessário que haja um controle e um diagnóstico mais eficientes dos fatores de risco para doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes e dislipidemia (níveis elevados de colesterol e/ou triglicérides no sangue). Além disso, é fundamental, reforça a especialista, estimular um estilo de vida saudável, como praticar

atividades físicas e ter uma alimentação equilibrada, o que contribui para a diminuição da obesidade, além de não fumar e não consumir bebida alcoólica em excesso.

ENVELHECER E EMPOBRECER

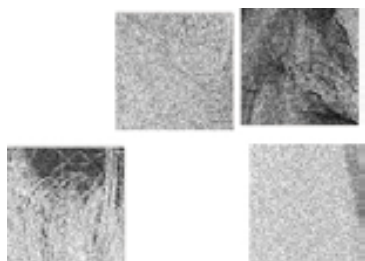
De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente, mais de 55 milhões de pessoas têm demência no mundo — e mais de 60% delas vivem em países de baixa e média rendas, com 10 milhões de novos casos diagnosticados por ano. A doença de Alzheimer é a forma mais comum dessa deterioração cognitiva, respondendo por 70% dos casos. A demência é a sétima principal causa de morte e um dos principais fatores de incapacidade e dependência entre idosos em todo o mundo, aponta, ainda, a OMS.

Com o envelhecimento e o empobrecimento dos idosos, a expectativa é que se amplie o impacto do Alzheimer entre os brasileiros. Jorge Félix, professor no curso de Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e pesquisador de pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em Paris, França, contextualiza que a economia brasileira tem apresentado uma crônica instabilidade. “Não como no passado, com inflação alta. Mas principalmente pelas altas taxas de juros, fruto de uma política de austeridade fiscal”, afirma.

Félix detalha que esse cenário afeta a vida da população idosa por impedir o planejamento em médio e longo prazos e por reduzir a renda. “Quem paga pela austeridade é a população, sobretudo aquela que necessita e usa serviços públicos de Saúde e Educação. As reformas na Previdência Social resultaram em aumento do percentual de aposentados que recebem um salário mínimo, que pulou de 25%, em 1998, para 65%, atualmente. Isto é, grande parte da população idosa brasileira, embora com cobertura previdenciária, tem uma renda baixa e cada vez mais reduzida”, ressalta.

DIAGNÓSTICO E CUIDADO

A naturalização do esquecimento na velhice é um fator que gera estigma e atrasa o diagnóstico das demências. De acordo com Celene, da ABRAZ, muitas pessoas ainda acreditam que esquecer é natural e que podem dispensar a busca por atendimento médico. E, aqui, renda e saúde se entrelaçam mais uma vez: segundo a médica, quanto



CUIDAR DE QUEM CUIDA

Em dezembro passado, entrou em vigor a Lei 15.069/24, que institui a Política Nacional de Cuidados, determinando que a responsabilidade pelo cuidado será compartilhada entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil. O objetivo é criar uma rede de apoio mais sólida e efetiva, que garanta que nenhum grupo social esteja sobrecarregado com a obrigação de garantir o bem-estar do outro. A política prioriza, como beneficiários das atividades de cuidado, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. A ideia é também mudar a percepção e a organização desse cuidado, com o objetivo de fazer com que as tarefas sejam distribuídas de forma mais equitativa entre homens e mulheres. Segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas dedicam, em cuidados com os outros, o dobro do tempo deles.

menores os níveis de escolaridade e de acesso à informação, maior o estigma. “Quem tem acesso a serviços de saúde de melhor qualidade consegue um acompanhamento adequado ao longo da vida. Já a pessoa com baixo poder aquisitivo tem dificuldade de se consultar regularmente. Ao manifestar queixas cognitivas, não consegue diagnóstico, pois há demora para passar por especialistas e fazer exames”, enfatiza. É o caso de Maria da Conceição, que só conseguiu atendimento com um neurologista em fevereiro de 2025, após dois anos de espera e já com o diagnóstico de Alzheimer em mãos, como conta o filho.

Celene observa também que aqueles que têm acesso a profissionais particulares acabam conseguindo, além de um diagnóstico mais precoce e assertivo, orientações de qualidade para o manejo das demências, bem como suporte emocional aos cuidadores. Por outro lado, acrescenta, nas comunidades vulneráveis, as consequências para os cuidadores são imensas — não há qualquer apoio, emocional ou prático. Não existe sequer revezamento no cuidado. “Ficam sobrecarregados, precisam abandonar o mercado de trabalho e se veem sem reconhecimento ou arrimo previdenciário”, salienta.

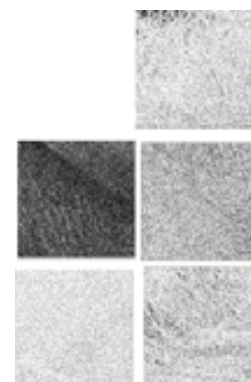
Além de pesquisador na área de Economia do Envelhecimento, Félix, da EACH/USP, é idealizador do documentário *Alzheimer na periferia*, de 2019, que retrata a vida de cinco idosos de bairros mais distantes do centro de São Paulo que sofrem da doença degenerativa, além de mostrar suas dinâmicas familiares e suas relações com a cidade. Ele alerta que o fato de o cuidado de longa duração estar excessivamente com a família, sem a devida responsabilidade do Estado, resulta num crônico endividamento dessas pessoas e de seus parentes. “Os custos da responsabilidade com o outro, incluindo a dificuldade de retirar medicamentos de uso contínuo e fraldas geriátricas no Sistema Único de Saúde (SUS), têm levado a essa situação. É o fenômeno de morrer endividado”, aponta.

Esse aspecto é reforçado pela neurologista Elisa, ao pontuar que a implantação de programas com esse propósito, que incluam a ajuda de grupos de apoio e o suprimento de fraldas e outros insumos, seria fundamental para reduzir a sobrecarga financeira dos cuidadores e, conseqüentemente, dos idosos sob cuidado. “Os cuidadores têm de deixar seus empregos para se dedicarem ao enfermo. Diante da evolução do Alzheimer, o paciente torna-se cada vez mais

dependente. Com isso, a atenção passa a ser de 24 horas”, contextualiza.

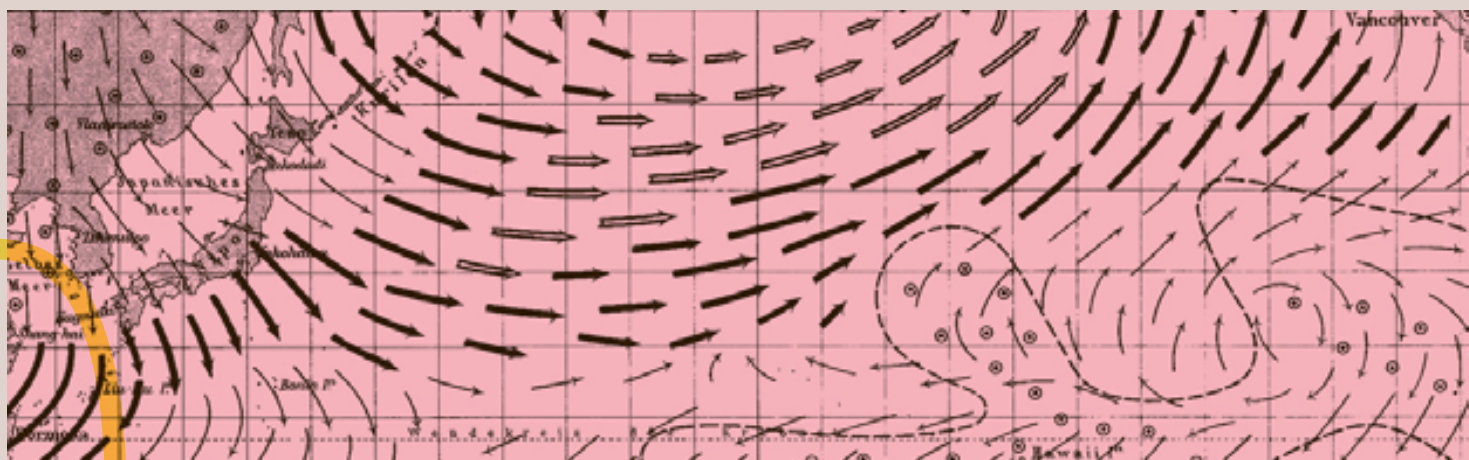
Segundo Félix, é um grande equívoco associar a dificuldade de custear a saúde na velhice com uma possível falta de educação financeira. Ele observa que essa é uma questão que engloba salários muito baixos durante o período laboral, desemprego, baixo benefício de aposentadoria e problemas com moradia. Esse quadro, reforça o pesquisador, impede qualquer tipo de planejamento para um evento não esperado, como o Alzheimer e outras doenças crônicas, cada vez mais incidentes na transição epidemiológica provocada pelo envelhecimento da população. “Não existe educação financeira que dê respostas para a falta de renda para comer. Infelizmente, o que constato entre as pessoas idosas endividadas é que o problema passa longe disso”, lamenta.

O especialista conclui que, mesmo quando a família está por perto e quer amparar, é muito difícil dar conta, porque é preciso trabalhar e ter renda. Além disso, a função de cuidador, sempre sem o devido reconhecimento, impede, principalmente as mulheres, de seguirem com uma vida profissional e de estudos. Essa renúncia é sentida no mercado laboral no Brasil e tende a se agravar com o envelhecimento da sociedade em ritmo acelerado.



&

AGENDA ASG: SEM RETROCESSO



O mundo está em alerta. Movimentos organizados, com fortes apelos político e ideológico, vêm tentando desmontar consensos fundamentais sobre o papel das empresas na construção de sociedades justas, democráticas e ambientalmente responsáveis. Não se trata apenas de um debate, mas de uma disputa concreta sobre os rumos da nossa civilização.

Quando uma agenda como a Ambiental, Social e de Governança (ASG) é posta em xeque, arriscamos, além de conquistas socioambientais, a capacidade de resposta das empresas frente às transformações do nosso tempo. Por isso, diante de ventos negativistas que ganham fôlego nos Estados Unidos e em outros países, é urgente que o Brasil fortaleça o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Retroceder não é uma opção.

O negacionismo, que avança em alguns mercados, afeta metas climáticas e iniciativas de diversidade e inclusão. Mas não só isso. Essa postura atinge, em cheio, a credibilidade das empresas, mina a confiança das novas gerações e compromete a capacidade das organizações de operarem com resiliência e inovação. A agenda ASG não é uma pauta de nicho, pois está no centro das decisões econômicas, sociais e institucionais mais relevantes da atualidade.

O País tem uma oportunidade histórica de assumir a liderança global nessa agenda, pela sua riqueza ambiental,

pela sua diversidade social e pela sua estabilidade institucional — que, mesmo sob tensões, foi capaz de resistir às investidas autoritárias. Esse é um diferencial competitivo num mundo em reconfiguração. A previsibilidade, o respeito às regras e o compromisso com direitos humanos e ambientais tornam o Brasil mais atrativo para os investimentos que buscam perenidade e resultados positivos.

Ademais, não há liderança sem coerência. E para ocupar esse espaço, é preciso que o setor empresarial brasileiro se posicione de forma clara e corajosa. Não é hora de ceder a pressões reacionárias, nem de relativizar compromissos assumidos. Empresas devem reafirmar, com convicção, que lucratividade e responsabilidade social são complementares, mostrando, com exemplos práticos, que é possível gerar valor para acionistas ao mesmo tempo que se gera valor para a sociedade.

A 30ª Conferência da sobre Mudanças Climáticas (COP30), da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontecerá no Brasil neste ano, será um teste de maturidade. É a chance de mostrarmos que nossas empresas não são somente parte do problema, mas protagonistas das soluções. Que estão prontas para discutir transição energética e combates às desigualdades e à desinformação, além de fortalecimento institucional. E que estão dispostas a liderarem, com transparência e escuta ativa, processos de transformação que respeitem os territórios, as comunidades e a complexidade dos desafios brasileiros.

O Brasil tem uma oportunidade histórica de assumir a liderança global na agenda ASG, tanto por sua riqueza ambiental ou diversidade social como também pela sua estabilidade institucional, que, mesmo sob tensões, foi capaz de resistir às investidas autoritárias



Essa mobilização deve ter como base os três pilares da agenda ASG, de forma transversal e integrada. Isso significa atuar com seriedade nos compromissos ambientais, investir na redução de desigualdades e promover ambientes de trabalho diversos e inclusivos, sem negligenciar a governança ética, responsável e transparente que sustenta todas essas frentes. A governança é o que garante que metas saiam do papel, que decisões sejam orientadas por valores e que os riscos — inclusive os relativos à reputação — sejam lidados com prudência.

Essa é a responsabilidade do momento. Não é uma pauta que se possa adiar, tampouco um movimento que se possa tratar com tibieza. Está em jogo a capacidade do Brasil de ser protagonista de um novo modelo de desenvolvimento. Um modelo que combine competitividade com justiça social, lucro com equidade, inovação com sustentabilidade.

Ao lado das empresas comprometidas com essa visão, o Instituto Ethos segue como voz ativa e ponto de articulação. Nosso papel é incentivar alianças, estimular compromissos e fortalecer as bases de uma economia que não aceite retrocessos. Porque um futuro justo, inclusivo e responsável não se constrói com hesitação, exigindo urgência, coragem e a escolha, coletiva e inegociável, de seguir em frente.

&



CAIO MAGRI,
diretor-presidente
do Instituto Ethos

APRENDER COM LIBERDADE

texto LUCIANA ALVAREZ | ilustração DÉBORA FARIA



Uma escola onde o aluno escolha os temas em que deseja se aprofundar e possa estudar no próprio ritmo, com orientação e incentivo — e sem a pressão das notas, aprendendo, de forma prática, em projetos colaborativos. Essa é a proposta do TUMO, que, na verdade, é um complemento da escola regular para estudantes de 12 a 18 anos. A rede nasceu na Armênia e, hoje, conta com 14 centros em atividade em outros países. A ideia desembarcou em Portugal em 2024, país que já tem duas unidades em funcionamento, em Coimbra e Lisboa. Em setembro, a terceira será inaugurada na cidade do Porto.

A reportagem da Revista **Problemas Brasileiros (PB)**, que visitou o TUMO de Lisboa em uma tarde de aulas, pôde presenciar o ambiente de descontração que em nada diminui a seriedade que os adolescentes têm ao realizarem as tarefas. Os cursos oferecidos são de programação, animação, fotografia, cinema, música, robótica, design gráfico e desenvolvimento de jogos. Dentre as oito opções, os estudantes podem escolher quatro. Atualmente, com cerca de 800 jovens estudando na unidade, a expectativa é dobrar a oferta no próximo ano letivo. “Estou muito feliz no TUMO. Sinto que faço parte dessa comunidade gigante. Fiz um grupo de amigos incrível, logo no primeiro dia. Nós não temos uma turma fixa, mas acabei por criar meu grupo com outros alunos do Artur [o seu tutor]. Fazemos as atividades juntos, ajudamos uns aos outros, apesar de as atividades serem do tipo *self-learning*”, relata Matilde Marques, de 17 anos, aluna do último ano do ensino básico de Portugal.

‘TUMONAUTA’ NA PRÁTICA

Os únicos pré-requisitos para participar do TUMO é ter entre 12 e 18 anos e estudar em uma escola regular. Não há processo seletivo e os cursos são gratuitos, bancados por uma série de patrocinadores. No caso da unidade de Lisboa, o custeio provém de oito empresas e fundações. As escolas de Coimbra e do Porto têm patrocinadores próprios. Os estudantes, ou os “tumonautas”, como são chamados, frequentam a escola por quatro horas semanais, que podem ser divididas em duas vezes (nos dias úteis) ou em uma única vez (aos sábados). Não há turmas fechadas como nas escolas regulares, mas cada jovem tem um tutor responsável, o *learning coach*. Ele que é o responsável por promover as interações sociais, facilitando o surgimento de grupos.

Ao chegarem, os jovens cumprem um módulo autoinstrucional por tema, o que dá a base conceitual para os assuntos em que se inscreveram. O avanço acontece no ritmo que desejarem, na ordem que preferirem, sempre com o apoio do tutor. Ao fim de cada módulo, eles inscrevem-se para as oficinas, nas quais vão aplicar, em projetos práticos e colaborativos, os conhecimentos adquiridos. Essas atividades são comandadas por profissionais com experiência real nas respectivas áreas, que assumem o papel de *workshop leaders*.

“Fracasso” ou “reprovação” são palavras inexistentes no TUMO. O estudante respeita o próprio tempo e sempre avança. Em todos os temas há diferentes módulos, com desafios cada vez maiores em profundidade e complexidade.

**“SONHO EM TRABALHAR
COM CINEMA E, AQUI, TIVE A
OPORTUNIDADE DE PRODUZIR
UM CURTA. ESSE TIPO DE
EXPERIÊNCIA, SEM DÚVIDA,
PREPARA PARA O FUTURO.”**

VIDA RODRIGUES,
aluna da unidade TUMO Coimbra

Quando o jovem não consegue cumprir os objetivos de uma determinada oficina, pode refazê-la, sem que isso seja encarado como um problema. O espaço interno é moderno e amplo, com o objetivo de acolher múltiplos usos. Não há salas de aulas como nas escolas tradicionais: os alunos estudam em um grande auditório ou em espaços abertos, equipados com pufes e mesas. Quem deseja mais privacidade e concentração, pode optar por cabines com isolamentos visual e acústico. Há, ainda, salas para as oficinas práticas e um estúdio de gravação e edição de som.

A escola tem poucas regras, todas fundamentadas e explicadas aos jovens logo no início das atividades, o que facilita o cumprimento. O uso do celular é proibido, pois todos os equipamentos e as ferramentas digitais que os estudantes precisam são fornecidos pela escola. Também não se pode comer nas dependências, por questões de higiene e para não estragar os equipamentos. Ao finalizar um módulo de estudos, não há certificado ou diploma. Em vez disso, os alunos recebem portfólios com o que realizaram — e é esse o documento que podem apresentar às faculdades ou futuros empregadores para comprovar os conhecimentos e as competências que adquiriram.

Pedro Santa-Clara, professor de Finanças na NOVA School of Business and Economics e diretor do TUMO Portugal, afirma que montar uma unidade da escola é uma operação complexa, mas que, desde a primeira experiência, em Coimbra, nunca faltaram interessados, sejam alunos, sejam professores,

sejam investidores no projeto. No momento da entrevista, estava em curso o processo de recrutamento para professores na unidade do Porto e havia dez vezes mais candidatos do que vagas. “Vivemos um tempo em que a educação está um bocado em crise, um tempo em que o que é importante aprender está a mudar”, afirma Santa-Clara. Os jovens anseiam por mudança, e professores e empresas também querem fazer a sua parte, com participação ativa na transformação. “As pessoas percebem que o modelo tradicional de aulas e exames tem muitas lacunas, pois não desenvolve, de fato, as competências mais humanas, que são as mais importantes”, argumenta.

COMPETÊNCIAS PARA A VIDA

Mais do que ensinar fotografia, robótica ou programação, a ideia do TUMO é desenvolver nos adolescentes a capacidade de aprender a aprender, com pensamento crítico e criatividade. E, segundo Santa-Clara, é por isso que o modelo tem sido um sucesso, não só em Portugal mas também no mundo. “Cada vez mais o mundo precisa de pessoas com responsabilidade e iniciativa. No TUMO, os estudantes responsabilizam-se por fazer pesquisas e realizar o seu trabalho, o que acaba por desenvolver, inevitavelmente, competências como resiliência, criatividade, colaboração e autoconfiança”, opina o professor.

Para a tumonauta Matilde, por exemplo, a experiência de estudar no projeto mostrou-se essencial para ela melhorar as tomadas de decisão. “Um dos momentos que me marcaram

foi estar extremamente indecisa quanto a escolher entre cinema e robótica”, conta a estudante, que inicialmente dizia gostar da primeira opção e não da segunda, mas começou a se interessar pelo assunto. “Eu já estava estressada, mas uma professora veio ter comigo, falou que eu podia tomar a decisão e, se não gostasse, voltar atrás. Aprendi que uma decisão não vai ser assim tão importante na minha vida, que posso mudar de ideia, e isso tirou um peso”, relata.

Outra vantagem do modelo é aproximar os jovens de assuntos que despertem a curiosidade, mas que tenham pouco espaço na educação regular. A estudante brasileira Vida Rodrigues, de 18 anos — que mora em Portugal e frequenta o TUMO de Coimbra desde a abertura —, decidiu se inscrever pela sua atração por cinema. “Sonho em trabalhar com isso. Nos workshops, tive a oportunidade de produzir um curta. Também atuei e participei da redação do roteiro. Esse tipo de experiência, sem dúvida, prepara para o futuro”, destaca. Vida, que também tem aprendido sobre fotografia, música e desenvolvimento de jogos, ressalta que o modelo é muito diferente de todos que já tinha experimentado e que a proposta lhe “impulsiona a explorar”. Outra vantagem, aponta ela, é que o formato proporciona interações sociais produtivas. “O espaço compartilhado é muito legal. E as turmas vão

se misturando, estamos sempre trabalhando em equipes, o que nos leva a conhecer muitas pessoas diferentes”, afirma.

Tanto Matilde quanto Vida se preparam para as provas nacionais de ingresso no ensino superior. Ainda que estejam focadas em ter bons resultados nessa avaliação, ambas garantem que frequentar o programa não as atrapalha. Ao contrário, acreditam que a atividade extra ajuda nos estudos formais. “É um momento da vida que me deixa ansiosa, mas quando estou aqui, no TUMO, fico em paz, divirto-me ao fazer coisas que gosto. Chego em casa com mais ânimo para estudar, com mais capacidade de concentração”, garante Matilde. “É tão bom que, se pudesse, continuaria frequentando o TUMO mesmo depois de acabar a escola”, confessa Vida.

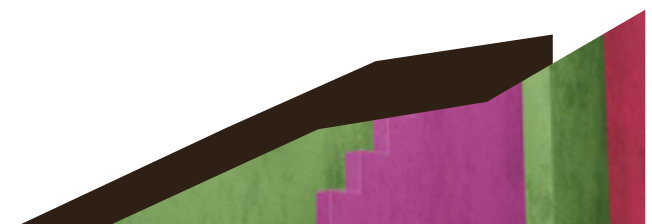
EQUIPE BEM AFINADA

Uma boa infraestrutura física, um projeto atrativo, tecnologias de ponta e alunos entusiasmados. Tudo isso seria em vão se as pessoas que estão lá para guiar o aprendizado não fossem qualificadas para trabalhar no modelo. Portanto, a formação das equipes é um passo fundamental. Paulo Calhau, que lidera oficinas de fotografia em Coimbra, tinha mais de 20 anos de experiência como professor quando se candidatou a uma vaga no TUMO. “Correu a notícia de que abriria uma unidade e logo percebi que seria algo importante na cidade — e eu quis fazer parte disso”, lembra ele. “Sempre me interessei por questões pedagógicas, por inovação e pelas artes, em especial fotografia, cinema e design”, declara.

Calhau destaca que foi fácil entrar na lógica do TUMO, porque vinha ao encontro de suas crenças como educador, o que não o isentou de passar por uma formação intensiva.

**“O MODELO TRADICIONAL DE AULAS
E EXAMES TEM MUITAS LACUNAS,
POIS NÃO DESENVOLVE DE FATO
AS COMPETÊNCIAS MAIS HUMANAS,
QUE SÃO AS MAIS IMPORTANTES.”**

PEDRO SANTA-CLARA,
diretor do TUMO Portugal





“Estivemos duas semanas na Armênia, na ‘casa-mãe’, para absorver a cultura e as dinâmicas, além de conferir as práticas”, recorda. Depois disso, sempre que precisa, tem acesso à equipe armênia para esclarecer dúvidas, assim como a uma equipe de coordenação local bastante ativa. “Sempre que precisei, todos demonstraram muita disponibilidade e já fizemos reuniões online para debater determinadas questões”, acrescenta.

De acordo com o professor, é difícil comparar as aprendizagens do projeto com as da escola tradicional, pois trata-se de propostas muito diferentes. “Na escola, o professor busca que todos atinjam certos níveis mínimos em um certo trabalho. No TUMO, tenho de desafiar o jovem a superar-se e conhecer-se, descobrir quais são seus talentos e vocações, bem como no que pode melhorar”, enfatiza. Segundo Calhau, em um momento da vida em que os estudantes se veem obrigados a fazer escolhas para o futuro, a proposta do programa faz uma grande diferença. Ele acredita que os trabalhos colaborativos tendem a transcorrer mais facilmente no TUMO do que na escola, porque não há comparações nem classificações, ou notas, envolvidas no processo. “Como trabalhamos sempre na lógica de projetos, é muito fácil colocar os alunos para se comunicarem. E aqui não vivemos o drama de tentar nivelá-los. Eles têm idades diferentes, vêm de realidades diferentes e trocam livremente”, observa.

Os nomes dos patrocinadores ficam registrados logo na entrada das escolas, uma forma de reconhecer quem viabiliza o projeto. Dentre os mecenas, pessoas que contribuem individualmente, grandes bancos e um órgão público. Em Coimbra, o TUMO concretiza-se graças a Critical Software, Paulo Marques e Pedro Bizarro, Licor Beirão, Oxy Capital, Câmara Municipal de Coimbra, Altice Portugal, Banco BPI – Fundação “la Caixa”, Fundação Santander e Fundação Calouste Gulbenkian. Em Lisboa, o apoio vem do BPI – Fundação “la Caixa”, da Claude and Sofia Marion Foundation, da Fundação Galp, do Grupo José de Mello, da Vanguard Properties, da Fundação PHC, da Fundação Santander Portugal, da Hovione, do MEO e da Worten.

Até mesmo a equipe de apoio incorpora a criatividade e a colaboração na rotina de trabalho. Para se fazer conhecer pela comunidade local, a equipe de Comunicação do TUMO Lisboa lançou mão de uma série de estratégias, passando por divulgação na imprensa tradicional e redes sociais, visitas a escolas e até distribuição de sorvetes nas ruas. “A gente oferecia um sorvete em troca de um minuto de atenção para explicar a proposta”, conta Catarina Ferreira, gerente de Marketing da unidade. E ela, que desde a adolescência mantém como hobby a pintura a óleo, também passou a liderar algumas oficinas pontuais para os interessados. “Faz parte da nossa filosofia não ter pressa. Então, há sempre coisas para fazer além dos temas, como atividades extras de pintura, cerâmica e programação. Aproveitamos o conhecimento que a nossa equipe tem”, avalia.



DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Da contribuição dos deputados para a crise climática à insatisfação com o funcionamento da democracia, pesquisadores do paraná alertam para a desconfiança de brasileiros com a classe política.

SOBRE A BORI

A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunica o cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil, preparados, pela agência, para atender à imprensa. Acesse www.abori.com.br.

Três estudos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia | Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem), sediado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelam um cenário político-social brasileiro marcado por falta de confiança nos políticos, apoio ambivalente à democracia e decisões legislativas com fortes impactos ambientais. Divulgados pela Agência BORI neste ano, os dados ajudam a compreender os dilemas enfrentados pela democracia brasileira e a contribuição da classe política para a crise climática no País — que, em última instância, ajuda a alimentar o sentimento de desilusão com as lideranças. Os trabalhos foram publicados no início de 2025.

Uma das pesquisas mostra que, embora nove em cada dez brasileiros apoiem a democracia, apenas 38% estão satisfeitos com o seu funcionamento. A insatisfação está presente, principalmente, entre os mais escolarizados e com maior renda, que enxergam o sistema democrático para além do voto, exigindo políticas de equidade, participação social e justiça econômica. “A forma como a democracia tem sido implementada após a redemocratização é avaliada como insuficiente”, afirma Ednaldo Ribeiro, autor do estudo sobre a insatisfação dos brasileiros com a democracia, à BORI.

Um outro estudo, qualitativo, apresenta pistas sobre a corrida presidencial de 2026, indicando que eleitores das classes C, D e E nos municípios de São Paulo e de Bauru, no Estado paulista, desejam renovação dos seus representantes, mas mantêm desconfiança quanto a candidatos sem trajetória política. As conclusões surgiram da análise de seis grupos focais, com 60 eleitores divididos por faixa etária, voto anterior e ideologia. Os participantes avaliaram perfis fictícios de candidatos, baseados em tipologias acadêmicas. O mais rejeitado foi o político tradicional, enquanto os *outsiders* antissistema — que poderiam ser exemplificados por nomes como os do cantor Gustavo Lima e do influenciador Pablo Marçal — foram vistos com descrédito.

O posicionamento antissistema, comum entre esses *outsiders* — aquele do tipo “contra tudo o que está aí” —, não é suficiente para convencer esse eleitorado, que teme que candidatos inexperientes se tornem reféns do sistema. O perfil menos rechaçado foi o do chamado “*outsider* amador”, alguém sem carreira política, mas com disposição para alianças e pertencente a um partido grande. “A maioria não acredita que um candidato com discurso antissistema vá mudar algo e, ao mesmo tempo, tem medo do tipo de mudança que ele faria”, pondera Roberta Picussa, coordenadora do estudo sobre a avaliação dos *outsiders*.

As pesquisas revelam um sentimento generalizado de desilusão da população com o funcionamento complexo do sistema político brasileiro, que envolve alianças com atores afora a base de apoio do governante, por exemplo. Há uma insatisfação difusa que transcende

ideologias, revelando ceticismo acerca da efetividade das instituições democráticas e das opções de candidaturas disponíveis. Esse resultado, além de evidenciar uma apatia do eleitorado, evoca a importância de mudanças estruturais, com resultados concretos, tanto no campo político quanto nas práticas democráticas, para engajar os cidadãos nas esferas decisórias.

CRISE REPRESENTATIVA

A terceira frente de análise do INCT ReDem mostra o papel do Congresso Nacional no agravamento da crise climática, entre 2019 e 2022. Por meio de um indicador inédito, que relaciona ações legislativas (como votações e projetos de lei) ao volume de Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidos pelos setores econômicos afetados pelas decisões — denominado pelo estudo como CO₂ Index —, os pesquisadores demonstraram que a maioria dos deputados federais teve comportamento pró-emissões no período analisado. Dentre estes, destacam-se parlamentares ligados ao espectro político da direita e às Frentes Parlamentares da Agropecuária e da Mineração. “Essas conclusões do estudo mostram que o setor de extrativismo primário é o eixo da discussão ambiental no Parlamento”, destaca Mateus de Albuquerque, autor do estudo.

Ao demonstrar que a maioria dos deputados atuou incentivando os setores e as iniciativas que promovem emissões, contrariando agendas ambientais, o levantamento pôde reforçar a percepção de que o sistema político não responde às demandas da sociedade por mudanças reais. Nesse contexto, os dados ambientais ajudam a provar a crise de legitimidade que o sistema democrático nacional atravessa. A convergência entre disfunções do sistema político e descrença em candidatos, bem como as decisões legislativas contrárias aos anseios da população, sinaliza distanciamento entre representantes e representados. Esse afastamento pode gerar riscos múltiplos à democracia. Segundo Ribeiro, a junção de eleitores exigentes com grupos desinformados pode abrir espaço para alternativas autoritárias.

A melhoria desse cenário, indicam as pesquisas, passa por políticas públicas mais efetivas, mais transparência institucional e compromissos reais com as justiças social e ambiental. Como conclui Roberta, “um candidato novato terá mais chances se mostrar que terá apoios para governar, usar uma retórica mais moderada e apresentar-se como originário ou próximo das classes C, D e E”. Portanto, o desafio é não apenas restaurar a confiança no sistema político, mas também garantir que este produza respostas concretas e sustentáveis às demandas da sociedade brasileira.



PB



texto DIMALICE NUNES



Fotos: Edouard Fraijpont / SESC Pompeia

Para ver

LUGAR PÚBLICO

Sesc Pompeia (grátis) — até 31 de agosto

Em um contexto de crescente privatização e vigilância, a exposição inédita do artista espanhol Antoni Muntadas convida o espectador para refletir sobre os limites e as transformações dos ambientes compartilhados. Ocupando a Área de Convivência do Sesc Pompeia, na capital paulista, a exibição questiona as transformações urbanas, como a destituição do lugar público — que, com frequência, tem sido destinado ao poder privado — e o direito de acesso aos espaços coletivos, cada vez mais escassos.

Para ver

O SAL DA TERRA

Direção: Wim Wenders e Juliano Salgado

Disponível em streaming

Sebastião Salgado — que faleceu em maio de 2025, aos 81 anos — tornou-se um ícone da fotografia mundial ao capturar e registrar em preto e branco as mais recônditas paisagens naturais do planeta e as mazelas e belezas do ser humano. O documentário *O Sal da Terra*, de 2014, acompanha a trajetória de Salgado, com destaque para uma de suas maiores obras, o projeto *Gênesis*, mostrando sua jornada para representar civilizações e regiões esquecidas. Dirigido por Wim Wenders e Juliano Salgado, filho do fotógrafo, o filme concorreu ao Oscar de Melhor Documentário e está disponível no catálogo do Globoplay e por aluguel no Prime Video.

Para ler

O SENTIDO DAS ÁGUAS: HISTÓRIAS DO RIO NEGRO

Drauzio Varella — Companhia das Letras

O médico e escritor Drauzio Varella retorna à literatura explorando as suas vivências de mais de 30 anos de viagens pela bacia do Rio Negro. Em seu novo livro, o 20º da carreira, o autor resgata diários de viagem para oferecer ao leitor um percurso singular pela biodiversidade e pelas comunidades do entorno do rio, apresentadas pelo seu olhar curioso e acolhedor. Além das narrativas amazônicas, Varella aborda temas como a morte, o ateísmo e a experiência de ser criticado nas redes sociais. Reconhecido pelo trabalho como oncologista e pela atuação na divulgação científica, o médico também reflete sobre a importância da vacinação e critica movimentos antivacina.

Para ler

O PIOR DIA DE TODOS

Daniela Kopsch — Tordesilhas

No dia 7 de abril de 2011, um homem de 23 anos matou a tiros 12 adolescentes — dez meninas e dois meninos — dentro da Escola Municipal Tasso de Silveira, no bairro do Realengo, no Rio de Janeiro. Outros 22 estudantes ficaram feridos. Daniela Kopsch foi uma das jornalistas que cobriram a tragédia, ponto de partida da ficção contada neste romance de formação, que narra a história de amizade e crescimento de Malu e sua prima, Natália. Nascidas no subúrbio carioca, as meninas compartilham, além do quarto, as esperanças e vivências de se tornar mulher num ambiente que parece limitar os sonhos. A autora é também roteirista da série documental *Massacre na escola: a tragédia das meninas de Realengo*, da HBO.

UM POEMA É UMA OBRA

O arquivo de Alceu Amoroso Lima — preservado no Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (Caall), localizado em sua antiga residência em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro — é rico em documentação e memória da literatura brasileira. Nele, dentre tantos documentos ainda inéditos, encontra-se uma carta do poeta João Cabral de Melo Neto, com um reconhecimento ao crítico, por causa de uma interpretação deste em relação à poesia cabralina. Trata-se de um pequeno texto que Alceu escreveu, em 1956, no encarte do LP *Murilo Mendes & João Cabral de Melo Neto* (Coleção Poesia, Festa Discos, V.10), do qual retiro esta passagem:

“O que encontramos na poesia de Murilo Mendes como na de João Cabral é a mesma sobriedade incisiva, a mesma graça hieroglífica, a mesma concisão cristalina, um senso parecido de ‘humor’, a mesma predominância dos metais sobre as cordas, em oposição ao que encontramos na estilística, mesmo dos mais modernos ‘românticos’. Em ambos a mesma dureza penetrante, que João Cabral exprime tão bem no seu último e admirável poema *Uma faca só lâmina*, agreste e inesquecível como uma página de Graciliano Ramos e certos poemas da *Poesia em pânico* de Murilo. Mas entre Murilo e João Cabral há esta outra diferença: naquele a constante presença de Deus, na aridez dos desertos humanos: neste a ‘ausência’ que nem a ‘bola’, nem o ‘relógio’, nem a ‘faca’, os três símbolos de sua poética máscula, ascética e inflexível conseguem substituir”.

Em outros textos de opinião, Alceu — conhecido também pelo pseudônimo Tristão de Athayde — sempre aponta essa dimensão cortante e seca da poesia de João Cabral, chegando a considerá-lo um “clássico dentro do nosso modernismo”. Certamente, essa autopsia encantou o poeta, levando-o a dizer, na sua carta, que Alceu fez uma análise “precisa”, “uma lúcida compreensão do que pode ser o sentido de um poema”.

A atividade opinativa de Alceu foi muito intensa nas décadas de 1920 a 1940, o que levou outro crítico literário, Agripino Grieco, a chamar o velho mestre de “papa da crítica brasileira”. Sem exagero, pode-se afirmar que Alceu criou e sustentou uma avaliação

modernista ao longo desse período, reconhecendo e divulgando novos escritores — e, também, os antigos, pois ele conciliava bem a tradição e a vanguarda.

É o caso de João Cabral, que, nesse período da escrita de Alceu, era visto como a principal vanguarda da poesia brasileira. Pode-se dizer que Cabral foi um verdadeiro choque quando da sua aparição na literatura nacional, já que trouxe um lirismo seco, sem adjetivação inútil, sem adulações poéticas, fazendo do verso uma espécie de lâmina cortante, sempre afiada dos pontos de vista existencial e social. Isto é, Alceu sentiu em Cabral uma nova proposta de poesia deveras diferente daquela que ele, Alceu, ajudou a analisar e divulgar no início da década de 1920.

Em sentido contrário, Cabral lembra do ceticismo de Mário de Andrade em relação à análise de Alceu. Escrevendo para Drummond, em 16 de outubro de 1925, Mário afirmou: “Estou meio me convencendo que o Tristão não tem nenhuma sensibilidade ou quase nenhuma para compreender versos. Não compreende nada do conteúdo essencial da poesia”. Essa opinião foi compartilhada com outros poetas da época, bem como defendida em alguns dos seus textos. Anos depois, em 17 de junho de 1943, Mário reconciliou-se com Alceu, escrevendo-lhe: “Meu caro Tristão, tem um motivo principal esta resposta, aliás. É me penitenciar duma frase que perdeu o sentido. É quando afirmei que V., seguindo a tradição da crítica nacional, sofria de incompreensão de poesia”.

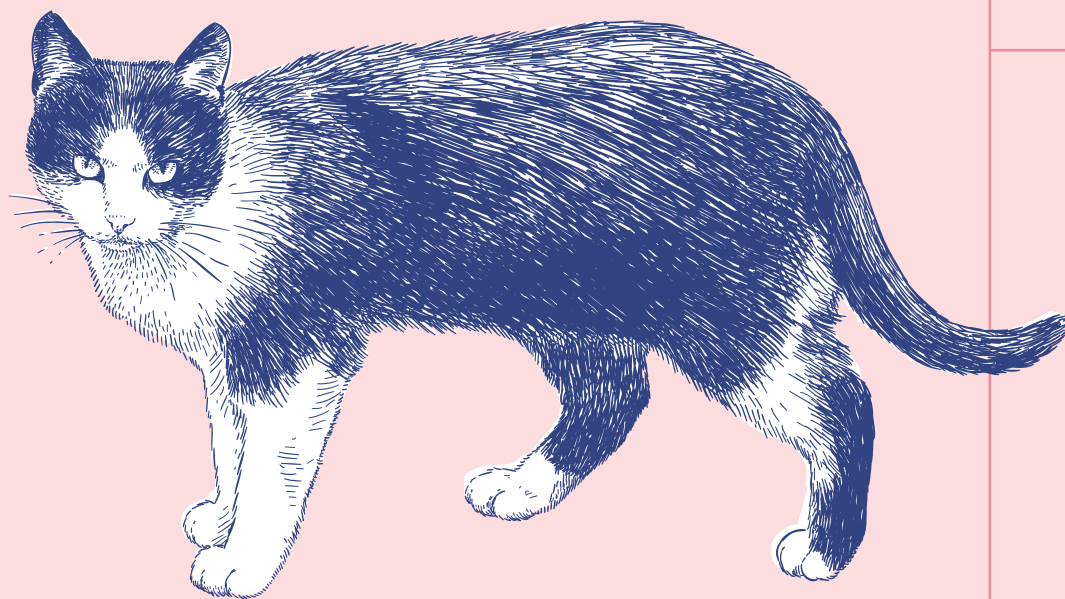
Fazendo memória do modernismo literário brasileiro, cartas e outros materiais de arquivo ajudam-nos na compreensão das relações — sempre tensas — presentes nesse complexo processo de criação. Por isso, urge uma valorização desses arquivos e de outras instâncias e instituições de salvaguarda documental, com especial atenção às correspondências e aos diários íntimos de escritores e artistas, pois estes podem suscitar análises que nos ajudem a compreender a complexidade do modernismo na literatura, abrindo espaço para novas ressignificações e obrigando, necessariamente, a uma (re)avaliação do nosso cânone literário.



LEANDRO GARCIA,
professor na
Faculdade
de Letras da
Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG)
e presidente
da Academia
Petropolitana de
Letras (APL)



A arte de curar mentes



texto HERBERT CARVALHO

Há 120 anos, nascia Nise da Silveira, pioneira no Brasil no uso da arte para reabilitar pacientes com transtornos mentais. Ferrenha opositora dos métodos psiquiátricos utilizados no início do século 20, Nise declarou guerra aos manicômios e hospícios, marcados por encarceramento e brutalidade. Ainda nos anos 1940, ela fundou a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação, no Hospital Pedro II, no Rio de Janeiro (RJ), onde pôs em prática o conceito de que “arte e afeto curam mais que os psicotrópicos”.

“Não. Nunca mais.” As peremptórias negativas da psiquiatra — ao se recusar a apertar o botão da máquina que desferia eletrochoque nos pacientes e, depois, ao se arrepender de ter aplicado um choque de insulina numa mulher que por pouco não morreu em suas mãos — representaram um divisor de águas no tratamento das doenças mentais no Brasil. Ao ser confrontado pela rebeldia da funcionária, o diretor do Centro Psiquiátrico Nacional disparou: “Não tenho onde botar você. Todas as enfermarias seguem a linha desses medicamentos novos. Fora disso, só há a terapia ocupacional, que é para serventes”.

Dessa forma, numa área na qual nem sequer havia médicos, nasceu, em 1946, a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (Stor), no Hospital Pedro II, no bairro carioca do Engenho de Dentro. A Stor foi criada e dirigida, até 1974, pela médica alagoana, que declarou guerra aos manicômios e hospícios, marcados por encarceramentos e brutalidades a que doentes mentais foram submetidos durante séculos.

Nise empregou a pouca verba de que dispunha para abrir pequenas oficinas que, ao longo do tempo, se transformaram em 17 núcleos de atividades, com o objetivo de estimular a capacidade de expressão dos pacientes. Ao lado de trabalhos manuais — como jardinagem, encadernação, marcenaria, tapeçaria, colagem e costura —, ateliês de desenho e pintura valorizavam a criatividade, presente também na dança e na música. Enfermeira por profissão, a sambista e compositora Dona Ivone Lara foi uma das participantes dessa “revolução pelo afeto”, como também seria conhecido o conjunto da obra de Nise, que incluiu o pioneiro uso de cães e gatos, elevados à condição de coterapeutas, para o estímulo de relações emocionais catalisadoras entre pacientes e animais.

Os resultados mais espetaculares surgiram nas artes plásticas. Pinturas e desenhos realizados por doentes crônicos — como Emygdio de Barros, internado por mais de 20 anos e incapaz de se comunicar verbalmente — despertaram o interesse de Carl Gustav Jung, considerado o pai da psicologia analítica, com quem Nise estabeleceria profícua colaboração. Em 1949, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) exibiu a mostra *Nove artistas do Engenho de Dentro*, avaliando a qualidade artística de trabalhos que figurariam, junto a milhares de outros, no Museu de Imagens do Inconsciente (MII), inaugurado pela médica na capital fluminense, em 1952.

A aproximação entre arte e loucura já vinha sendo desenvolvida desde 1923, quando o psiquiatra Osório César criou o Laboratório de Pesquisas Plásticas para estimular a produção artística dos pacientes do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, na cidade de Franco da Rocha, na Grande São Paulo (SP). Companheiro da pintora modernista Tarsila do Amaral, César publicou um resumo da experiência no livro *A expressão artística nos alienados: contribuição para o estudo dos símbolos na arte*, de 1929. O ápice das obras produzidas entre as frias paredes de um manicômio foi a de Arthur Bispo do Rosário, interno durante 50 anos na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, no Rio. Em 1995, na Bienal de Veneza, os seus objetos tridimensionais, confeccionados com fragmentos e restos industriais, impressionaram como nunca acontecera antes com um artista brasileiro.

'DOUTORA VERMELHA'

Nise nasceu em 15 de fevereiro de 1905, em Maceió (AL), e morreu na metrópole carioca, aos 94 anos, em 30 de outubro de 1999. A sua vida longa e singular foi de tal modo expressiva dos conflitos de seu tempo, que o escritor e frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, considerou-a a “mulher do século”.

Razões para isso não faltam na sua biografia. Em 1926, tornou-se a primeira médica alagoana e única representante mulher na turma de 157 formandos daquele ano, na Faculdade de Medicina da Bahia — pertencente à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Casou-se com o próprio primo (e colega de turma), Mário Magalhães, médico sanitário, com quem fez um pacto de não terem filhos para dedicarem-se mais intensamente à medicina. Apaixonada por gatos, chegou a ter 12 e, sobre eles, escreveu o livro *Gatos, a emoção de lidar*.

Em 1927, chegou ao Rio, então capital da República, disposta a se especializar em neurologia. Instalou-se com o marido no bairro de Santa Teresa, tendo como vizinhos o poeta Manuel Bandeira e o conterrâneo líder comunista Otávio Brandão, que a colocou em contato com a leitura marxista e a levou a frequentar reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Engajada como médica da União Feminina Brasileira (UFB), pioneira entidade feminista, ela e a escritora e artista Patrícia Galvão, a *Pagu*, foram as únicas mulheres a assinarem o “Manifesto dos trabalhadores intelectuais ao povo brasileiro”, contra a opressão e a miséria.

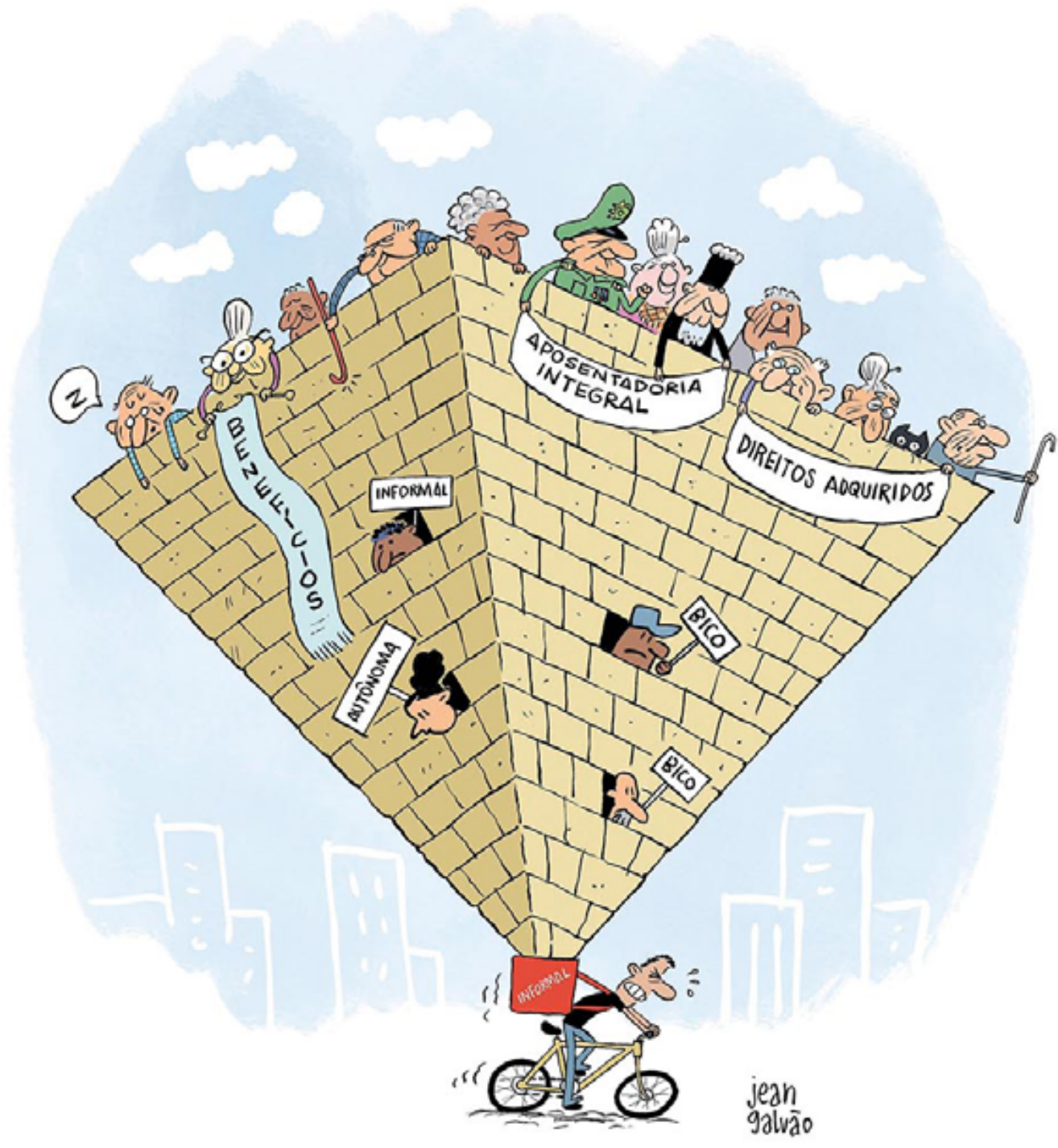
Em 1933, ao finalizar a especialização em psiquiatria, foi aprovada em concurso público para trabalhar no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospital da Praia Vermelha, no Rio. No entanto, em 1936, foi denunciada por uma enfermeira pela posse de literatura subversiva e sua vida sofreu um baque: encarcerada por 18 meses, passou os seis anos seguintes na clandestinidade, vagando por diversos Estados, até a redemocratização do País. “Presa a doutora vermelha”, dizia a manchete anunciando a sua detenção no presídio Frei Caneca, onde ficou na famosa Sala Quatro, ao lado de Olga Benário Prestes e outras presas políticas, como retratado em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos.

Reintegrada ao serviço público em 1944, iniciou a trajetória de transformação da saúde mental que, nos anos 1950, a conduziu até Zurique, na Suíça, para aperfeiçoar estudos no Instituto C. G. Jung, o que resultou no livro de sua autoria *Jung: vida e obra*. Sempre visionária, inaugurou, em 1956, no bairro carioca de Botafogo, a Casa das Palmeiras, clínica pioneira para doentes mentais em regime de externato, uma antecipação dos atuais Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

FIM DOS MANICÔMIOS

O legado de Nise inspirou, nos anos 1970 e 1980, a Luta Antimanicomial, movimento formado por trabalhadores e usuários dos serviços de saúde mental, resultando na Lei da Reforma Psiquiátrica e pondo fim à degradação humana que proliferava nos hospícios brasileiros. A proposta legislativa, apresentada em 1989 pelo então deputado federal Paulo Delgado, sociólogo, cientista político e diretor na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) [*leia mais na página 29 desta edição*], tramitou durante 12 anos, até ser aprovada e sancionada em 2001. Nise, entretanto, continuou polêmica em pleno século 21. O seu reconhecimento pelo Estado nacional como “heroína da Pátria”, vetado pelo então presidente Jair Bolsonaro, só se transformou na Lei Federal 14.401, de 8 de julho de 2022, com a derrubada do veto pelo Congresso Nacional.





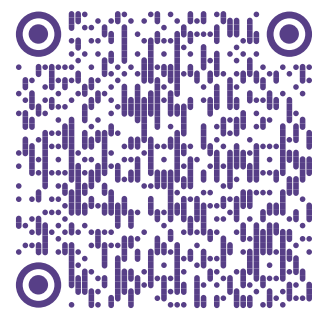
jean galvão

**A ciência
transforma
a sociedade.**

**Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.**

bori

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

#É ASSIM QUE A GENTE FAZ!

EMPREENDEDOR, O SEU SINDICATO FAZ O QUE VOCÊ PRECISA!

Sim! Você sempre pode contar com o apoio do seu Sindicato Empresarial.

Nas negociações coletivas, nos produtos e serviços que fazem a diferença (com as melhores condições)...

...E na orientação, nos materiais com dicas sobre os temas que afetam os seus negócios e em muitos outros momentos do dia a dia.

Quer saber mais? Contate o Sindicato Empresarial do seu setor e da sua região.



REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ